

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-graduação em Estudos da Ocupação

Valdicéia Miranda Machado Bouzada

“NARREVIVÊNCIAS” DE PESSOAS PRETAS

Belo Horizonte
2023

VALDICÉIA MIRANDA MACHADO BOUZADA

NARREVIVÊNCIAS DE PESSOAS PRETAS

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Ocupação.

Área de concentração: Ocupação, Participação e Inclusão

Linha de pesquisa: Ocupação, Participação e Inclusão

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Myrian Drumond de Brito

Belo Horizonte

2023

B782n Bouzada, Valdicéia Miranda Machado
2023 Narrevivências de pessoas pretas. [manuscrito] / Valdicéia Miranda Machado
Bouzada - 2023.
83 f.: il.

Orientadora: Cristiane Myrian Drumond de Brito

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Bibliografia: f. 80-83

1. Democracia - Teses. 2. Ocupação - Teses. 3. Racismo - Teses. 4. Violência –
Teses. I. Brito, Cristiane Myrian Drumond de II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 323.12:659

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Antônio Afonso Pereira Júnior, CRB6: nº 2637
da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA OCUPAÇÃO

UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO

NARREVIVÊNCIAS DE PESSOAS PRETAS

VALDICEIA MIRANDA MACHADO BOUZADA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS DA OCUPAÇÃO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS DA OCUPAÇÃO, área de concentração OCUPAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO.

Aprovada em 07 de março de 2024, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Cristiane Miryam Drumond de Brito – Orientadora
UFMG

Prof(a). Andrea Ruzzi Pereira
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Prof(a). Maria Madalena Magnabosco
Faculdade Pitágoras

Belo Horizonte, 7 de março de 2024.

Dedico esta pesquisa a Dandara, quem me despertou por esta causa, e a todos os participantes deste estudo, que em suas trajetórias vêm experimentando formas de existências marcadas pela inexistência da existência. Dedico a todos os homens, mulheres e crianças, pretos e pretas que vieram para o território denominado Brasil, violentamente trazidos na condição de escravos pelos colonizadores. Dedico ao vô Zé, a vô Maria (quem aprendeu a ser chamada “Nêga”), ao meu bisavô Tatão, à bisavó Francisca, a toda a nossa ancestralidade marcada pela marginalidade, imposta pela cor da pele e pela pobreza.

À DEUS, por permitir que nas encruzilhadas da existência estivessem pessoas que me fizeram as perguntas certas, no lugar de SUAS respostas bem elaboradas, me levando assim a descobrir outros horizontes que não os que meus olhos rasos d'água se acostumaram a mirar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a inquietante menina que nasceu partindo, nasceu na mão de parteira, numa madrugada de segunda-feira, adiando partidas, mas também desfazendo malas, que, entre ciclos de alternância no contínuo da existência, aqui chegou. Trajetória mediada por erros e acertos, tal como pelo desejo constante de ir além.

Agradeço imensamente à orientadora Profa. Dr^a Cristiane Mirian Drummond por partilhar desse projeto tão desafiador e, ao mesmo tempo, tão transformador. Obrigada pela inspiração, pelas partilhas, pelos aprendizados, pelo companheirismo, e, sobretudo, por me ajudar acreditar em mim. Agradeço por estar ao meu lado diante das experiências da construção deste estudo, compartilhado as dores e as alegrias dessa caminhada, pois há caminhos que nos levam a prisões, outros a quilombos. Finalizo esse processo com o coração e a mente em paz, tive muito medo no caminho, entretanto, com a consciência do caminho como início-meio-começo (Nêgo Bispo), concluímos esta etapa.

Agradeço à Profa. Dr^a Andrea Ruzzi, que esteve presente na primeira etapa deste projeto, e que me ajudou a construir as primeiras diretrizes para que ele fosse possível. Agradeço à Profa. Dr^a Adriana Valadão, a Profa. Dr^a Adriana Drummond, Profa. Dr^a Fabiane Ribeiro, por me auxiliarem em alguns momentos e tornarem esta caminhada mais leve. O cuidado de vocês foi primordial.

Agradeço a meu esposo, Délio Bouzada, por me apoiar e incentivar a seguir adiante desde o início, quem me ofereceu coragem para enfrentar essa caminhada, que por um momento me pareceu tão impossível. Minha caminhada pelo mestrado não seria a mesma sem o seu apoio inexorável.

Aos meus filhos, Pedro Henrique e Mateus, inspiração diária na minha caminhada e que contribuíram indiretamente nos bate-papos descontraídos em torno das mesas e rodas de conversas. Agradeço à minha mãe Jô, mulher de pele branca, filha de pai negro, nunca pode estudar, e que achava estudo a coisa mais chique, um sonho seu, que em mim se transformou em possibilidade de outros caminhos. Há sonhos que são próprios, outros são coletivos. Agradeço também ao meu pai, pelo dom da vida, homem de pele parda, pouco estudo e que aprendeu com a vida a ser “Mestre de Obra”, e de quem herdei um jeito alegre e festivo, mas, também, a bravura,

que me trouxe até aqui.

Aos meus companheiros de jornada, Alice Wilken, Carol Goretti e Marcelo Brandão, que se tornaram membros da minha cozinha-afeto. Juntos tecemos encontros potentes que nos nutriam enquanto caminhávamos. À Vania pela disponibilidade e presença, aos demais, que nos grupos do WhatsApp ajudaram a dividir as dores e as alegrias desta trajetória chamada mestrado.

Agradeço às minhas irmãs, sobrinhas e sobrinhos, cunhados e cunhadas, à minha sogra Benair e aos meus amigos pelo acolhimento e incentivo constantes durante todo o processo. Vocês sempre acreditaram em mim, mesmo nas fases em que era difícil para eu mesma acreditar.

Agradeço àqueles que disseram que tudo isso era mimimi e, assim, contribuíram indiretamente como motivação para eu não desistir.

Agradeço, finalmente, à Dandara, a motivação inicial para o tema, que me apresentou um espelho que eu jamais havia olhado. Ela, que hoje caminha ao meu lado na militância da própria vida e que foi presença tão enriquecedora e acolhedora. Obrigada pela confiança da caminhada, que nas alegrias e angústias dessa jornada chamada vida, compartilhamos.

Agradeço também às mulheres e aos homens, pretos e pretas, que aceitaram participar deste estudo, que compartilharam suas trajetórias de vidas para que pudéssemos confluir juntos no comum das narrativas. Agradeço, igualmente, aqueles que nos becos e ruelas da cidade nunca mais passaram despercebidos ao meu olhar indignado. A vocês: Ubuntu!

A BAILARINA PERDIDA

*Ainda que eu tenha asas,
não sinto que minhas asas sejam capazes de voar
Ainda que Tu me dizes que possuo todos os espaços,
não sinto que haja algum lugar onde eu possa estar.
E toda vez que o ousos vem um culpa e me atravessa a carne
Ainda que eu esteja aqui é como se eu não pudesse estar,
sinto-me fugitiva de mim mesma
Meu corpo é puro osso, mesmo que pareça leve,
existir é muito pesado
Não tenho mais força!
E quando tu me dizes que a tenho, condenas-me também.
Não tenho força nem pra querer ter força.
Tu me perguntas sobre gostar, querer?
Não sei do que está falando!
Há muito não sei de muita coisa.
Tudo me é tão escuro!
Não sei mais o que eu gosto
Não tenho mais vontade de estar
Não sei mais o que eu sou
Eu me perdi. Ou me roubaram?
Quem? Quem me roubou de mim?
Tem tanto tempo que deixei de gostar que quase me esqueci...
Me esqueci.
Gosto de cores....
Eu gostava de pintar. Amarelas, azuis, vermelhas, verdes, pretas... borboletas de
todas as cores. De repente só as brancas pareciam importar, não mais as pretas...
Lembrei-me...
Gosto de música.
Um dia sonhei ser bailarina. Saltitar..... Pliêêêê...
Lembrei-me...
Não havia sapatilhas da minha cor, apenas o samba me cabia. Corpo, Corpos,
Corpos...*

Lembrei-me...

*Não são as minhas asas que não são capazes de voar,
mas sim o fato delas serem pretas, é que as tornam menos capazes.*

Será? Me fizeram acreditar.

*Não são os espaços que não me cabem,
é que me ensinaram sobre margens e privilégios.*

*Não é o meu corpo que é pesado,
é que a régua branca e injusta, me violenta cotidianamente.*

*Não é que eu seja menos capaz,
é que estou na periferia da existência.*

*Não é que eu não tenha mais força para continuar a viver,
é que cansei de lutar pra me encaixar.*

Eu não tenho vontade de ser outra coisa senão eu.

Ser negra dói.

Lembrei-me...

*Dói as violências diárias a que sou submetida em função desta estrutura social que o
racismo me impõe.*

Nunca mais me esquecerei.

Valdicéia Bouzada (2023).¹

¹ Poesia composta com base nos atendimentos clínicos com Dandara. Seleccionada e publicada na coletânea concurso: Analogia Poesia BR n.06. (2023). São Paulo: Editora VersiProsa.

RESUMO

O racismo impacta sobre a saúde mental da população preta, não considerar os seus efeitos sob a subjetividade das pessoas, configura-se um ato de violência, uma vez que os processos de adoecimento são coletivos e se dão no campo dos processos ocupacionais, sendo a narrativa um “ocupar-se de si”, que possibilita a consciência da própria existência, permissão para transformações. **Objetivo:** verificar configurações das experiências de racismo, discriminação, preconceito e a relação com a saúde mental de pessoas pretas usuárias de serviços voltados à saúde mental da cidade de Belo Horizonte, por meio da escuta de narrativas de seus cotidianos. **Trajetória de pesquisa:** é um estudo de natureza qualitativa. Foi realizado por meio do compartilhamento com 19 pessoas, sendo homens e mulheres pretas e pretos, usuários do Centro de Referência em Saúde Mental de Belo Horizonte. A coleta de dados se deu por meio de encontros individuais. As narrativas estão organizadas como “narrevivências”, parafraseando as “escrevivências” de Conceição Evaristo. **Discussão:** as narrevivências trazem um percurso de dor que atravessa um coletivo de corpos destituídos de um lugar social. As discussões dialogam em torno das relações familiares inter-raciais; do abandono familiar, da relação com os dispositivos de poder; da violência contra a mulher; das questões de raça e do discurso da democracia racial; da hipermedicalização; e, por último, não menos importante, a questão da neutralidade da pesquisa. **Resultados:** este estudo propõe reflexões que apontam para as responsabilidades dos profissionais de saúde em relação à manifestação das questões étnico-raciais e das opressões na prática clínica, assim como afirmam a importância de uma escuta eticamente racializada, atenta à violação de direitos e às ameaças cotidianas à saúde mental da população preta.

Palavras-Chave: democracia-racial; ocupação; racismo; saúde-mental; violência.

ABSTRACT

Racism impacts on the mental health of the black population, not considering its effects on people's subjectivity, it constitutes an act of violence, once the processes of illness are collective and occur in the field of occupational processes, with the narrative being a "taking care of oneself", which enables awareness of one's own existence, permission for transformations. **Objective:** To verify the configurations of experiences of racism, discrimination, prejudice and the relationship with the mental health of black people using mental health services in the city of Belo Horizonte by listening to narratives from their daily lives. **Research trajectory:** It is a qualitative study. It was carried out by sharing with 19 people, black men and women, users of CERSAM - Centro de Referência em Saúde Mental de Belo Horizonte - Belo Horizonte Mental Health Reference Center. Data collection took place through individual meetings. The narratives are organized as "narreviências", paraphrasing Conceição Evaristo's "escrevivências". **Discussion:** The narreviências bring a path of pain that crosses a collective of bodies deprived of a social place. The discussions revolve around interracial family relationships; family abandonment, the relationship with power devices; violence against women; issues of race and the discourse of racial democracy; hypermedicalization; and last but not least, the issue of research neutrality. **Results:** This study proposes reflections that point to the responsibilities of health professionals in relation to the manifestation of ethnic-racial issues and oppression in clinical practice, as well as affirming the importance of ethically racialized listening, attentive to the violation of rights and threats to the mental health of the black population.

Keywords: racism; occupation; mental health; racial-democracy; violence.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 Narrevivências | 20 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 22 |
| 2.1 Raça e Racismo | 22 |
| 2.2 Racismo, Preconceito e Discriminação | 24 |
| 2.3 Racismo Estrutural e Democracia Racial | 24 |
| 2.4 Processos de Subjetivação | 26 |
| 2.5 Ciências da Ocupação e as trajetórias existenciais | 28 |
| 3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO | 32 |
| 3.1 OBJETIVO GERAL | 32 |
| 3.1.1 Objetivos Específicos | 32 |
| 4 NARREVIVÊNCIAS: TRAJETÓRIA DO CONHECIMENTO | 34 |
| 4.1 Os participantes | 34 |
| 4.2 Encontros | 35 |
| 4.3 Local dos Encontros | 35 |
| 4.4 Critérios de Inclusão | 35 |
| 4.5 Critérios de exclusão | 36 |
| 4.6 Aspectos Éticos do estudo | 36 |
| 4.7 A escrita como relatoria de uma escuta | 37 |
| 5 NARREVINHANDO OS FATOS | 42 |
| 5.1 Caracterização dos participantes | 42 |
| 5.2 Chegando ao local dos encontros | 42 |
| 5.3 Conhecendo os participantes por meio dos prontuários de registros | 43 |
| 5.4 A percepção do Dispositivo de Atenção à Saúde | 44 |
| 5.5 A relação com a “Medicalização” | 45 |
| 5.6 Ambiente familiar | 47 |
| 5.7 O ambiente escolar | 48 |
| 5.8 A Interseccionalidade das violências | 49 |
| 5.9 O ambiente do trabalho | 50 |
| 6 AS PRETAS E PRETOS E SUAS NARREVIVÊNCIAS NAS TRAJETÓRIAS EXISTENCIAIS SUBJETIVAS E OBJETIVAS QUE VIVERAM E VIVEM | 52 |
| 6.1 A Menina Café com Leite | 52 |

| | |
|--|-----------|
| 6.2 A menina que queria cair numa mão boa..... | 56 |
| 6.3 Ele devia cuidar de nós..... | 57 |
| 6.4 Eu sou Jambo amarelo, quase branco..... | 61 |
| 6.5 Meritocracia: se a gente se esforçar a gente consegue | 65 |
| 6.6 Sou formada de remédios | 68 |
| 6.7 Conversa para boi dormir | 70 |
| 7 REFLEXÕES..... | 72 |
| 7.1 Reflexões das Narrevivências..... | 72 |
| 8 PALAVRAS FINAIS..... | 79 |
| REFERÊNCIAS..... | 82 |

1 INTRODUÇÃO

Ser negro é [...] tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

Souza (2021, p. 110).

Ao longo da trajetória deste mestrado, me dei conta que aprender um conhecimento está para além da aparente apreensão de um conteúdo específico, é, ao mesmo tempo, aprender sobre si mesmo. Aprendi a ser vista por todos como uma pessoa forte, e isso foi um empecilho para receber acolhimento e cuidado nos momentos de dores. Aprendi eu mesma a cuidar de minhas dores. Vivi muito tempo brigando com o meu choro, sempre o via como uma condição de fraqueza e, quanto mais eu tentava retê-lo, mais se desaguava em minha pele.

Recentemente, diante dos estudos sobre racismo, fui surpreendida por mim mesma. A pesquisa atravessou-me negramente em face do cruzamento das histórias de dor que se intercalaram com as memórias da minha própria trajetória existencial. Me dei conta de uma longa trajetória de vida, mergulhada em situações de discriminação e exclusão que traziam como fundo as condições análogas de um racismo estrutural. A cor da pele, o cabelo, o formato da boca, nariz e outras partes do corpo, que não atendiam aos padrões de exigências dos rapazes da adolescência, deixaram de ser tomadas como culpa, inadequação ou coisa do destino, e mais enquanto elemento de um corpo coletivo, forjado na colonialidade e que reforçara e continua reforçando mitos eurocêntricos (PINHEIRO, 2023).

O racismo não é algo presente apenas nos territórios de desigualdade e escassez de recurso, nos quais eu estava acostumada a transitar, ele do mesmo modo compunha o campo acadêmico no qual eu acabara de chegar. Bem se sabe que a academia também é um espaço majoritariamente branco.

Em meio a esta nova realidade, a primeira reação foi chorar, diante do desafio de sustentar a trajetória de um estudo do qual eu me tornara também objeto. Então, precisei abandonar a ideia de que era melhor sofrer calada como sempre, e me dei conta da necessidade de performar forças. Assim, olhei para os cacos que deixei pelo caminho e, como quem se via pela primeira vez, empinei o peito para frente. Aos poucos pude compartilhar com algumas pessoas sobre a dor que eu estava sentindo, sobre a situação que estava afetando minha saúde mental e física. Para muitas delas foi difícil compreender, enquanto outras me acolheram e formaram um quilombo de afeto ao meu redor. Além disso, intensifiquei os encontros com a minha psicóloga até que eu pudesse me manter de pé diante do abismo que se abriu frente ao caminho a percorrer.

Sou filha de uma família inter-racial, mulher cis, mestiça, nascida na cidade de Alvarenga, Minas Gerais, de onde saí aos seis dias de nascida, nos braços de minha mãe de mãos dadas com o meu pai, “migrantes”, rumo à cidade de São Paulo, em busca de melhores condições de trabalho. Outros momentos nas boleias de caminhões em busca de um aluguel mais barato. Foi assim que a menina que nunca fincou o pé em um lugar algum, aprendeu a estar de passagem, a ter o mundo como possibilidades, e que nunca perdeu a fé no horizonte.

Já na primeira infância, fiz do quintal dos avós meu mundo, aprendi a subir nas árvores, e do alto das galhas finas, eu ficava horas na busca do encontro do céu com a terra. Sentia que às vezes buscava um lugar perdido sem nunca o ter conhecido. Nas noites de céu limpo, tinha as estrelas como companhia e o joelho cheio de verruga de tanto contar estrelas. Nunca tive uma terra minha, ou mesmo dos meus pais, mas fiz dos galhos das árvores, das janelas das casas frias e da constelação estrelar os meus territórios sagrados.

Na escola conheci a professora Glória, que um dia estufando o peito, me disse assim: “Menina, levante a cabeça e olhe para frente”, ela era uma mulher negra. Eu nunca entendi aquela fala como entendo agora, momento em que escrevo estas páginas, ela sabia do que estava falando. Não me lembro quando foi que deixei de olhar para a estrada, para as estrelas do céu, ou mesmo para as luzes acesas das janelas das casas.

Estudei em escolas públicas, dividindo o trabalho de babá ou de doméstica com os estudos, e no coração o sonho plantado do magistério. Era doméstica ou professora, possibilidades atribuídas a uma mulher, argumentos que por si só trazem

um teor de discriminação. A vida se fez assim, de galho em galho, passo a passo, resposta a resposta, aqui cheguei e me dei conta que a demora, a lentidão nada tinha a ver com culpa, mas com a exclusão. Foi assim também que aprendi nesse campo discursivo que, eu, menina parda, cresci à margem daquele mundo que nas árvores eu buscava.

Sou a Valdicéia, pedagoga e psicóloga, mas, também, sou mãe, aquarelista, bordadeira, escrevo poesias, faço teatro, faço festa, faço palestras, já fui tosadeira de Pet Shop, babá, doméstica, vendedora tanto da Avon como de seguro de carro, já fiz de tudo um pouco, e não me envergonho de nada. O que importa mesmo neste trabalho são as vozes das pessoas que ajudaram a compor este estudo, os tantos Joãos, Josés, Marias, Zuris, Amarás, Chiamakas, Dandaras e outras vozes silenciadas há séculos aguardando um coletivo falar por elas.

A representatividade é importante, em locais que a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta. Para tal, optei por organizar os dados deste estudo em narreviências. São histórias que enredam as narrativas de um comum de pessoas trincadas pelo racismo e por seus silêncios familiares, que poderiam ser guardados em seus porões ou oferecer-se em sussurros verdades sobre os labirintos do ser.

O percurso das histórias é o corpo preto desvencilhado da instrumentalização das vivências e das normatizações. São histórias mediadas pela liberdade, em que tanto os choros como os risos, tanto os respiros como a fala apressada, tanto a lucidez como o delírio têm lugar, tudo se integra. O texto flutua repelente a uma escrita puramente normativa ou a uma estereotipia do momento. Não se trata de um ou outro, de certo ou errado, melhor ou pior, de aceite ou não aceite. Só queremos propor a coletividade, sair do espaço dicotômico eurocêntrico, e confluir enquanto diversos. Nas palavras de Conceição Evaristo (2017a, p. 17),

Cada qual crê em seus próprios mistérios. Cuidado tenho. Sei que a vida está para além do pode ser visto, dito ou escrito. A razão pode profanar o enigma e não conseguir esgotar o profundo sentido da parábola.

Na minha clínica, a concepção da raça, enquanto uma perspectiva genética e biológica, não é mais considerada como uma construção válida no âmbito da produção do conhecimento científico, a vida está além do que pode ser visto, dito, escrito ou inscrito. Há que se ter cautela, uma vez que, razão demais, pode profanar o enigma e, ainda assim, não conseguir esgotar o profundo sentido da existência.

Almeida (2021) considera o racismo como parte de um problema que se estruturou por meio de práticas que vêm sendo reproduzidas em novos espaços e com diferentes contornos, resquícios de uma herança colonial, que dita estruturas e padrões de normalidade. Igualmente ao racismo, a loucura e a pobreza colaboram com o silenciamento de vozes e com a capacidade de dizer sobre si mesmo. O autoconceito que cada pessoa tem sobre si, as crenças sobre inferioridade e a internalização de estereótipos negativos criam sentimentos de desvalorização, os quais afetam a saúde social e psicológica.

Para Amarante (2007), a saúde mental não se reduz apenas a patologias, semiologias ou ao estudo e tratamento de doenças mentais. Ao se referir a uma abordagem no campo da saúde mental, trata de histórias, em sujeitos, em sociedades e culturas. Portanto, Amarante (2007) compreende a saúde mental como um campo bastante plural, na medida em que ela diz respeito ao estado mental das pessoas e das coletividades e que são bastante complexas. Qualquer espécie de categorização é acompanhada do risco do reducionismo e de um achatamento das possibilidades existenciais da pessoa humana e social.

Segundo Oliveira (2017), o entendimento científico em saúde mental refere os processos plurais e conectados com a vida em sociedade. Paradoxalmente, observa-se a persistência do mito da democracia racial no cotidiano dos sujeitos, ao passo que a singularidade e a identidade dos sujeitos são marcadas pelo silêncio e pela omissão de garantias básicas. A população negra continua exposta a um sistema societário que, ao mesmo tempo em que nega constantemente o racismo estrutural, inferioriza a estética e a cultura negra, por conseguinte, não reconhece as particularidades da vivência de pessoas negras nestas circunstâncias. Sob tal circunstância, é impossível não adoecer mentalmente, é impossível não fraquejar a identidade do sujeito. É quase impossível ser capaz de afirmar-se como sujeito digno de valor e de identidade preservada.

Para Foucault (2020), a doença mental foi abandonada em prol da descrição multiplicada de transtornos, assim, a psiquiatria da época fez uma liquidação da doença mental, mas não por meio da recuperação da experiência trágica da loucura. Antes, tratou-se de liquidar a compreensão etiológica do sofrimento, sua narratividade, em nome de uma descrição clínica pretensamente portadora de neutralidade axiológica e focada na individuação de complexos e na especificidade de síndromes. Esse processo mostra como que dispositivos disciplinares, no interior da clínica,

podem permanecer mesmo após a decomposição da noção de doença mental, o que nos coloca diante de novos problemas, com os quais a continuidade de uma história da loucura pode lidar.

Ao olhar para a Reforma Psiquiátrica, seria um equívoco desconsiderar seus importantes avanços. A arcaica estrutura — fortemente marcada pela hegemonia do modelo manicomial, com o tratamento baseado na segregação e na exclusão social do portador de transtornos mentais — foi fortemente questionada e teve como resposta o fechamento dos manicômios e a criação de conselhos gestores e de centros de convivência e atenção psicossocial, o que trouxe maior visibilidade ao campo da saúde mental.

Demarcada pelo rompimento dos muros e pela inclusão de novas práticas de tratamento, verificou-se a descontinuação com a lógica da segregação, discriminação e exclusão que anistiavam aqueles que não tinham direito algum, porque eram considerados loucos (FIRMINO, 1982). Em seu livro documentário, *Holocausto Brasileiro*, Arbex (2013) faz uma denúncia das atrocidades cometidas dentro dos espaços dos hospitais psiquiátricos, cuja realidade era a de que 70% das pessoas dali, não possuíam diagnóstico de doença mental, portanto, foram colocados nos manicômios por serem pessoas incômodas para a sociedade, como os moradores de rua, em sua maioria homens e mulheres pretas/os/es.

O sofrimento psíquico não apenas é produzido, como também é gerido pela biopolítica, enquanto relação de poder caracterizada pelo racismo de Estado (FOUCAULT, 1999). Essa é uma estratégia de poder sobre o corpo social que visa a produzir subjetividades dóceis e submissas, disciplinando corpos e controlando a população por meio de padrões cada vez mais severos de normatividade. No tempo em que o sofrimento é considerado como um problema que impacta no desenvolvimento, a forma de vida imposta pelo colonialismo continua a extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento. Uma forma de vida definida para nomeação do mal-estar como um estatuto social para o sofrimento que molda formas de ser e produz sofrimento (SAFATLE; JÚNIOR; DUNKER, 2021). Assim, tanto a raça, quanto a loucura e a pobreza são dispositivos de exclusão criados para a segregação e perpetuação de privilégios. Nas palavras de Nascimento (2016, p. 129-135):

Da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. Aí não entra nem uma figura de retórica nem

um jogo político [...] O negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural que teve sequelas econômicas e demográficas. [...] A abolição por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio.

Assim, observa-se que a percepção de raça é um inerente social, econômico e político, que determina a ausência de políticas para territórios das cidades e populações habitantes nos espaços periféricos e marginalizados, a presença da morte emocional, psicológica, das pessoas nesses espaços, tal como influencia o processo de saúde doença. Assim, tem-se como hipótese que o racismo, as experiências de discriminação e os preconceitos fazem parte do cotidiano das pessoas inseridas nos serviços de saúde mental e, como tal, de maneira consciente ou não, impactam na saúde mental destas pessoas.

O Brasil é constituído por uma população plural, com modos de vida diversos e que foram encobertos com o processo de colonização. Imperam relações de poder, do saber e do ser com imposições de culturas e de padrões, incorporados de uma “universalidade”, que estão associados ao homem branco e que contribuem para a perpetuação de epistemologias eurocêntricas, que atualmente, ainda influenciam a forma de construção de conhecimento (BRITO *et al.*, 2023).

Destarte, há urgência por uma construção de conhecimento que rompa com tal realidade. Para tal, precisamos sonhar com cuidados comprometidos que promovam práticas inclusivas, bem como no engajamento das pessoas com suas ocupações. Assim, espera-se com este estudo ampliar os olhares, tanto para a psicologia, quanto para as ciências da ocupação, para a promoção de diálogos interdisciplinares que embasem novas práticas de cuidado junto à diversidade brasileira.

1.1 Narrevivências

Narrevivências foi um termo criado com base na expressão Escrevivência, de Conceição Evaristo. A autora reflete, com o termo Escrevivências, as produções literárias de mulheres com seus corpos negros no Brasil. Refere-se a um coletivo de pessoas negras que tiveram seus corpos escravizados, torturados e que sofrem apagamentos na literatura. Escrevivências vem dar voz a pessoas negras que trazem textos discordantes do sentido da história oficial, eurocêntrica.

[...] na leitura de várias criações literárias afro-brasileiras, se percebe um conjunto extenso de textos, em que o sujeito autoral se inscreve em uma postura coletiva, marcada pelo desejo, pela intenção de criar 'universos de discursos', 'universos de significados', inventados segundo a visão própria de um grupo. São textos discordantes do sentido da história oficial, e mais do que isto, são erigidos como contradiscursos literários à estereotipia que pesa sobre as personagens negras e sobre as formas culturais africanas e afrobrasileiras no interior de grandes obras da Literatura Brasileira. Se a fala do colonizador de ontem perpetua em expressões como descobrimento, conquista, selvagens, revelando uma história concebida por um olhar etnocêntrico e eurocêntrico, há um discurso poético, que imagina outra história, outro destino para os africanos que foram trazidos e escravizados nas Américas (EVARISTO *apud* FURLAN; QUINTINO, 2022, p. 3).

O termo narrevivências diz de narrativas de pretas e pretos sobre o cotidiano e o sofrimento mental. A escuta atenta às vivências narradas, encontra com sofrimentos advindos do racismo estrutural, às vezes, não percebido pelas narradoras e narradores, mas que trazem uma dor coletiva.

A dissertação encontra-se dividida em cinco momentos, sendo o primeiro, a introdução, contempla a apresentação e a contextualização atual da temática da pesquisa, a fundamentação teórica, seguida da justificativa e da relevância deste estudo, da pergunta de pesquisa, do objetivo geral e dos específicos. Posteriormente, apresenta a trajetória da construção do conhecimento, mediante uma perspectiva orgânica que visa a romper com a neutralidade da construção do conhecimento para uma proposta de construção pelo compartilhamento. Em seguida, o estudo, ao narrevinhar os fatos, apresenta as narrativas dos participantes, distribuídas em temas, seguido do coletivo das narrativas que dão corpo às vozes das pretas e pretos, além de suas narrevivências em suas trajetórias existenciais subjetivas e objetivas que viveram e que vivem. Logo em seguida, há o capítulo intitulado *Reflexões das narrevivências* e, por fim, as palavras finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discriminação é um fator que impacta negativamente sobre a saúde mental, cuja base é o racismo. O racismo não é uma experiência exclusiva da contemporaneidade, mas um fenômeno histórico, portanto, não é possível discutir saúde mental sem considerar que os contextos de discriminações estão incorporados aos relatos de sofrimento e aos transtornos mentais. Silvio Luiz de Almeida, advogado, filósofo e professor universitário brasileiro, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, em seu livro *Racismo Estrutural* (2021), afirma que a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo.

2.1 Raça e Racismo

Para Munanga (2004), o racismo está presente nos racismos populares² com o fenótipo dos corpos, de modo que passa a representar, simbolicamente, as características subjetivas dos sujeitos. Dessa forma, continua a ser reproduzido socialmente, dialogando com a desimportância de vidas negras. A branquitude cunhou o conceito de raça, contudo, não se vê enquanto uma raça que se projeta no lugar das universalidades. Com isso, racializa e reduz as pessoas negras a um corpo destituído de pensamento, capaz de oferecer, unicamente: sexo e sua força de trabalho. Importante ressaltar que o termo branquitude não se refere a questões genéticas ou às pessoas em suas singularidades, mas a uma categoria social, de um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais, disponíveis para as pessoas identificadas como brancas. O silêncio perpetuado acerca desse grupo é lido como uma estratégia de manter a desigualdade racial e, conseqüentemente, conforme Pinheiro (2023), o racismo é estrutural. Ainda para o referido autor, o

[...] processo de criação do mito da racialidade, ou seja, da construção da categoria de raça como um marcador social de diferenciação, hierarquização e dominação de pessoas, surge o racismo como um sistema social e estrutural de opressões pautado no dispositivo da raça (PINHEIRO, 2023, p. 33).

² Trata-se aqui de um racismo por analogia ou metaforização, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos que pertencem a uma mesma categoria social. É como se essa categoria social racializada (biologizada) fosse portadora de um estigma corporal. Temos, nesse caso, o uso popular do conceito de racismo, de modo que se qualifica de racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social.

O racismo, o preconceito e a discriminação não são natos ao ser humano, são aprendidos. Como nos diz Nelson Mandela *apud* Silva (2015. p. 08.):

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem ou religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e se elas podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.

Todas as categorias supracitadas — racismo, preconceito e discriminação — foram constituídas em relações sociais hierarquizadas de forma violenta, constituídas binariamente entre o homem branco europeu *versus* o não europeu, desde o processo de invasão europeia a diversos países, incluindo o Brasil. No contexto brasileiro, desde o processo de colonização até a atualidade, corpos pretos africanizados, com estética própria, são subjugados como inferiores e marginalizados por homens brancos que inventaram este estigma como justificativa para a escravizá-los (MAGALHÃES; BRITO, 2021).

O Prof. Dr. Kabengele Munanga (2004) afirma que, no decorrer dos séculos, essa construção foi sendo justificada de diversas maneiras. Foi feito um paralelo com as ciências naturais (zoologia e botânica) que classificavam animais e vegetais em raças por meio critérios classificatórios para diferenciação das plantas e animais, sem qualquer relação moral. Apropriando-se dessa ideia classificatória, no século XVIII, a cor da pele foi um critério divisor de águas. O ser humano passou a ser classificado em raça branca, preta e amarela, tal classificação resiste até hoje no imaginário coletivo. No século XIX, adotou-se também critérios morfológicos, como forma do nariz, lábios, queixo, formato do crânio, entre outros. No século XX, acrescentou-se critérios químicos, isto é, determinaram geneticamente a divisão de raças, por grupos de sangue e de doenças hereditárias. Fez-se, então, da classificação biológica (cor da pele, traços morfológicos e químicos) uma correlação com qualidades morais, intelectuais e culturais, dando à raça branca um *status* de superioridade em relação à raça negra e à amarela, em função de suas características físicas e biológicas. A máscara científica traz claramente um conteúdo doutrinário e justifica os sistemas de dominação racial, mais do que a explicação da variabilidade humana. Por séculos, então, fomos aprendendo a odiar, a discriminar, a ter preconceitos, a racializar os humanos, no entanto, pouco nos apropriamos dessa trajetória de violência na clínica.

2.2 Racismo, Preconceito e Discriminação

O racismo é uma forma sistemática de discriminação, fundamentada pela raça, que se manifesta por meio de práticas que resultam em desvantagens ou privilégios para grupos, de acordo com a raça a que pertencem (ALMEIDA, 2021; BENTO, 2022; FANON; SILVEIRA, 2008). O preconceito racial é o juízo que se lança sobre indivíduos, baseado em estereótipos, e que resulta em práticas de discriminação. Já a discriminação racial está atrelada a formas de tratamento diferenciado, a determinados grupos racialmente identificados, seu requisito fundamental é o poder. A discriminação pode ser direta ou indireta. A discriminação direta se expressa por meio do repúdio ostensivo e por tratamentos desvantajosos. A discriminação indireta é marcada por ausência de intencionalidade explícita, ela ocorre em situações específicas em que um grupo minoritário é ignorado, ou sobre o qual são impostas regras de neutralidade racial, sem levar em consideração as diferenças sociais significativas (ALMEIDA, 2021).

Na vida cotidiana, quaisquer destas categorias subalterniza um ser humano sobre o outro e, conseqüentemente, pode influenciar a saúde mental da pessoa subalternizada, como mencionado por Dandara, “causa dor”.

2.3 Racismo Estrutural e Democracia Racial

A formação social brasileira se estrutura em termos de acumulação de capital, com conflitos de interesses de classes antagônicas, regido por um sistema político de dominação rigoroso. Uma de suas contradições básica é justamente a naturalização das desigualdades, resultado de um modelo de modernização conservadora excludente que, pela noção de desenvolvimento desigual e combinado, tem a formação de uma massa marginal, como dependência neocolonial e a permanência de formas produtivas anteriores (GONZALEZ, RIOS & LIMA, 2021).

Almeida (2021) considera o racismo atual como reprodução de uma herança colonial, a qual dita estruturas e padrões de normalidade, que colabora para a manutenção de poder de um determinado grupo racial em detrimento de outro, sendo o racismo uma forma de racionalidade, de normalização e de compreensão das relações. Trata-se de uma base estrutural ideológica e hegemônica, estrategicamente

justificada e legalizada pelo discurso da nominada democracia racial (ALMEIDA, 2021; GONZALEZ; RIOS; LIMA, 2021).

Alimentando da noção social de raça e se sofisticando com base na ideia de democracia racial no Brasil, que aponta para a ausência de raças e para a existência, sim, de um povo miscigenado que celebra diariamente essa mistura. A dissimulação do racismo dificulta a percepção cotidiana desse gigantesco mal social (PINHEIRO, 2023, p. 34).

Não obstante, uma tragédia social que não ficou apenas no passado ou nas histórias contadas a mãos brancas, mas foi nos deixada como uma herança branca e violenta que atravessa a subjetividade de “corpas e corpos” pretos, pela via de uma construção de linguagem majoritariamente euro-ocidental, que culmina com as desigualdades, além de demarcar a tentativa de aniquilamento em função da cor da pele, ainda nos tempos atuais. Assim, sustenta-se um pacto silencioso e cruel em prol de garantia de privilégios a uma parte da sociedade majoritariamente branca (BENTO, 2022; FANON; SILVEIRA, 2008; GONZALEZ; RIOS; LIMA, 2021; NASCIMENTO, 2021).

Ribeiro (2019) compreende a democracia racial como um sistema de opressão que foi constituído em face da ideia de que, no Brasil, houve transcendências dos conflitos entre negros e brancos. Tal ideia é traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras. A consequência desta harmonização entre os negros e brancos foi manifestada por inferioridade natural do negro como justificativa para a escravidão nas américas. Para Almeida (2021, p. 30),

O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final do século XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico colonial mesmo depois da abolição da escravidão.

O racismo na sociedade atual não é um conjunto de condições físicas, mas de condições estruturais que foram produzidas em função de uma categorização social, que tem como fim preservar poder e privilégio e controle sobre recursos, com isso, contribuir para a perpetuação das desigualdades. A sociedade atual opera por uma conformação histórica, marcada pela reprodução sistêmica de práticas que está na organização política, econômica e jurídica da sociedade (ALMEIDA, 2021). Em

síntese, todos os processos operam para a manutenção de um pacto a favor de privilegiar a branquitude (BENTO, 2022).

2.4 Processos de Subjetivação

Em relação ao processo de formação das subjetividades, Fanon (2008) destaca a experiência familiar como a base primária para o desenvolvimento da criança. Nela, espera-se que a criança encontre o suporte necessário para a construção de sua subjetividade. No entanto, o autor afirma que a subjetividade não se encerra no seio familiar, ela é projetada para a sociedade. Nas palavras deste mesmo autor,

Para a criança branca que deixa o meio familiar ela reencontra as mesmas leis, os mesmos princípios, valores. Uma criança normal, crescida num meio normal. Isto é muito importante, constatamos o inverso no caso do homem de cor. Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco (FANON; SILVEIRA, 2008, p. 129).

O pensamento europeu aborda a identidade do negro não em termos de pertença mútua a um mesmo mundo, mas na relação dele consigo mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro, ou ainda, no seu próprio espelho. Lógica da ficção no seu próprio espelho, na qual o negro e a raça têm significados para um imaginário europeu como a mesma coisa. Fazem do negro e da raça versões de uma mesma figura, o da loucura codificada (MBEMBE; LISBOA, 2017).

A psicologia não está isenta a esta naturalização e perpetuação deste trauma social, historicamente, é perceptível a ausência da temática do racismo nas teorias clássicas de formação dos cursos de psicologia, o que se apresenta como um empecilho para uma prática clínica atenta à complexidade do sofrimento. Com isso, a clínica se mantém alheia aos efeitos do racismo na constituição psíquica e no sofrimento dos pacientes. No entanto, a prática clínica com Dandara, mulher negra, configurou-se um dever ético de re-conhecer os efeitos do racismo sob a subjetividade das pessoas atravessadas pelas experiências de discriminação racial, motivação principal para uma articulação de conceitos e de suporte teórico capazes de possibilitar uma outra prática clínica que seja sensível à realidade que nos envolve enquanto sociedade.

Assim, a experiência clínica e as dificuldades encontradas no atendimento a Dandara, 40 anos, foram o ponto de partida para uma compreensão de uma dor mediada por injustiças que Sawaia *apud* Nunes & Filho (2016) nomeiam como um sofrimento ético-político, um fenômeno provocado pela sua condição social — “mulher preta” — o sofrimento ético-político é a dor mediada pelas injustiças sociais, especificamente caracterizada pelo desvalor, pela subalternidade e pela humilhação, o que nos permite admitir que situações de preconceitos, violência, pobreza, fome e miséria causam dor psíquica. Assim, também o é, o sofrimento da maioria da população brasileira, especificamente, 55,9% dos brasileiros autodeclarados pretos e pardos (Instituto [...]IBGE, 2022)³.

Nesse sentido, o sofrimento de Dandara não pôde ser assimilado apenas como uma questão individual, mas necessitou ser articulado a experiências, em que a cor da pele impacta diretamente na saúde mental. Todavia, na busca pela literatura, foi notório o quanto são escassos estudos direcionados à questão da saúde mental articulados com os processos de discriminação racial. Nasceu, assim, a necessidade de ampliar o olhar sobre a saúde mental e a raça, sem cair em armadilhas da compreensão de raça como algo vinculado apenas como um recorte demarcado exclusivamente pela cor da pele, mas a todo processo de colonização e de colonialidade, presente no Brasil. Lívia Arrélias (2020) argumenta que o compromisso da clínica com as relações étnico-raciais convoca à necessidade de um movimento de transgressão ético-político e a adoção de abordagens mais amplas, dado que as experiências radicalizadas dos corpos negros e originários, que chegam ao *setting*-terapêutico, apresentam diferentes manifestações e são permeados por questões socio-históricas, ideológicas, políticas, econômicas e jurídicas, por vezes, invisibilizadas. Em conformidade com esse pensamento, para Kilomba (2019), o sofrimento das pessoas negras não tem suas raízes apenas nas experiências individuais e particulares do sujeito negro, mas em experiências comuns à pessoa negra.

Por conseguinte, este estudo pretende um viés interdisciplinar do conhecimento, tal a escolha por desenvolvê-lo em parceria com as ciências da ocupação, por meio de uma proposta de clínica holística que considera o encontro

³ Conforme Censo 2022 do IBGE, pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência IBGE Notícias. Editora: IBGE. 2022.

com a diversidade e o contexto social, mediante o qual se organizam as ocupações humanas, tendo em vista que o processo de adoecimento é coletivo.

Ampliar o olhar sobre o contexto ao qual se propõe este projeto, implica incluir as formas como as pessoas se organizam enquanto sociedade, dessa forma, o conceito de ocupação será fundamental para compreender este estudo. Aqui, abordaremos a ocupação perante uma perspectiva da filosofia humanista, relacionada aos direitos humanos, assimilando a existência e a natureza do ser.

2.5 Ciências da Ocupação e as trajetórias existenciais

A Ciência da Ocupação é considerada uma ciência social, centrada no comportamento humano, assim como a Antropologia, a Psicologia e a Sociologia, ela tem a ocupação como foco central. A Ciência Ocupacional se institucionalizou como área de conhecimento científico e (assim como a psicologia) urge por teorias e paradigmas que dimensionem outras formas potentes de colaborar com a transformação do mundo na perspectiva de um bem-viver (MORRISON *et al.*, 2021).

O conceito de bem-viver diverge do conceito de bem-estar, uma vez que a concepção de bem-estar nos remete a uma compreensão ocidental capitalista, portanto, associada ao produtivismo e ao consumismo. Do mesmo modo, a inclusão social está vinculada à ideia de acesso a bens de consumo pelos indivíduos para que seja reconhecido socialmente. O conceito de bem-viver nos remete aos povos originários, que têm suas formas de pensar e agir alinhados com a natureza, não por um aspecto hierárquico e de dominação, mas relacional. Nessa perspectiva, a natureza existe e todas as relações são relações sociais e devem ser respeitadas (BRITO, *et al.* 2023).

De acordo com Wilcock (2005), a ocupação é uma necessidade fundamental que deve ser atendida, e caracteriza-se como o fazer diário com propósito direcionado, contextualizado que fornece base para os sentimentos de nós mesmos e gerador de bem-estar. Doble & Santha (2008) incluem à ocupação o atributo da escolha, quando colocam como um critério de saúde e bem-estar, o fato de as pessoas poderem escolher, planejar e compartilhar suas ocupações.

Em contrapartida, Hammel (2020a) destaca que afirmar que as escolhas ocupacionais estão disponíveis para todos, em qualquer lugar, e que as oportunidades de agir com base nessas escolhas também estão sempre disponíveis não é verdade,

pois as oportunidades são distribuídas de forma desigual, o que é reforçado pelos conceitos já apresentados neste trabalho. Diante disso,

[...] os pressupostos que sustentam essa crença são contestados por epidemiologistas críticos e pesquisadores de saúde pública, cujo trabalho sobre os determinantes sociais da saúde demonstra que os comportamentos e ações de saúde não são produtos da livre escolha e da ação autônoma, mas resultam, em vez disso, de ações sociais injustas. condições e estruturas sociais que determinam as habilidades e oportunidades das pessoas para se envolverem em comportamentos (HAMMEL, 2020b, p. 381).

Será que podemos falar de escolhas diante de um sistema que nega oportunidades igualitárias? Quem se beneficia com esta lógica estrutural coletiva sem pensar no direito como um todo? Pode se falar de escolha quando, muitas vezes, a alternativa é a fome? Pode se falar de escolha quando é negado à história a construção da própria subjetividade? Será mesmo que igualdade é esperar um resultado igual para pessoas que partiram de pontos diferentes? Será que se pode falar de saúde mental quando é urgente sobreviver? Neste ponto, temos muito mais perguntas do que respostas, espero de fato responder a todas elas ao longo desta construção.

A liberdade de escolha a todos é uma declaração sustentada pela ideologia neoliberal, presente no discurso do opressor, que promove individualismo, independência e autossuficiência; que defende noções de escolha individual como responsabilidade de cada um e, conseqüentemente, culpabiliza as pessoas pelos problemas sociais, de saúde e econômicos que são interpretados como produtos da irresponsabilidade e escolhas erradas individuais (HAMMEL, 2020a).

Nesta lógica de ter respostas individuais quando o problema é coletivo, isto é, considerar um problema como individual quando ele é estrutural, sem pensar o problema como um todo, perpetua esta opressão. Dessa forma, tanto a abordagem clínica da Psicologia quanto a Ciência da Ocupação demandam uma atuação profissional atenta ao risco de contribuir como (re)produtores de lógicas de desigualdades. Portanto, pensar o processo saúde/doença implica em questionar as ações determinantes sociais, com isso, avançar para questões como equidade ocupacional e direitos ocupacionais, visto que estes têm sido distribuídos de forma desigual e impactam na expectativa de vida das pessoas negras, que são especialmente submetidas a situações de discriminação, de exploração e de opressão. Os processos de adoecimento ultrapassam as questões de subjetividade,

a eles incorporam situações de ordem social, tais como as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem (HAMMEL, 2020b). Trajetórias existências marcadas por conjunturas sociais injustas que favorecem as opressões e limitam as formas de ser — culturas marcadas por padrões sociais que não aceitam as diferenças e a diversidades e que legitima as relações de poder — favorecem que o sofrimento se instaure como saldo da exclusão.

O conceito de justiça ocupacional traz a ideia de que pessoas possuem necessidades diferentes e que a justiça ocupacional deve promover oportunidades com equidade e colaborar com o engajamento das pessoas marginalizadas em suas ocupações (BRITO *et al. apud* HAMMEL; BEAGAN, 2023). Tal proposição de Justiça Ocupacional parece seguir sem questionar as estruturas sociais, econômicas, políticas, culturais hierarquizadas e racistas do sistema mundo, em que os modos de ocupar são cotidianamente violentados. A prática colonial segue incisiva, com ações cotidianas de desumanização do sujeito colonizado, produzindo, com isso, dois lados da sociedade: o colonizador, os considerados sujeitos humanos; a branquitude, privilegiados; e o colonizado, grupo dos desumanizados, o negro (BRITO, *et al.* 2023; FANON; SILVEIRA, 2008; GONZALEZ; HASENBALG, 2022).

A palavra “ocupação” é uma destas palavras que tomaram um sentido novo, muito particular, a partir de movimentos sociais que passaram a existir pela busca de espaços próprios de trabalho e de habitação. Nesse sentido adotarei a Ocupação como um elemento maior para a construção de si na existência. Assim a ocupação é uma ação que permite abertura de novas fronteiras, no âmbito de uma realização do “Ser”, cujo sentido seria de passar a estar em um certo lugar, e passar a significar este lugar.

Para Hannah Arendt a ação difere do trabalho institucionalizado, a autora situa o conceito de ação como acesso à criação, oportunidade para significar a própria condição de si e o do próprio lugar. A ação marca a vida política contemporânea de modo particular, como parte da interação homem—natureza (AVRITZER *apud* HANNAH ARENDT, 2006). Em suma, o conceito de ação por Hannah Arendt no aponta a ocupação pela linguagem como elemento primordial capaz de oferecer suporte as condições existenciais. Desse modo narrar as próprias vivências é um gerador de bem-viver, possibilita a consciência da própria existência, e permite transformações e conseqüentemente pode preservar um mínimo da saúde mental.

Diante do contexto apresentado, fica a seguinte provocação, ainda que a Reforma Psiquiátrica tenha contribuído para maior visibilidade ao campo da saúde mental, as questões em torno das necessidades ocupacionais, como uma necessidade primordialmente humana e geradora de bem-viver são levadas em consideração para se pensar outros espaços de cuidado, ou seja, as questões de violências motivadas por pré-conceitos e discriminação racial deixaram de acontecer, ou permanecem a céu aberto, ocupando outros espaços na cidade?

3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Para este estudo, é relevante compreender as configurações e as especificidades do sofrimento humano na contemporaneidade, tal como a relação destes com marcadores sociais de exclusão para promoção de um diálogo transdisciplinar necessário e capaz de contribuir para uma cultura que perpetue a inclusão e a saúde mental como direito. Destarte, a proposta deste estudo representa um compromisso com a linguagem didática, atenta a um léxico que dê conta de uma interlocução por um viés social, político e coletivo, na medida em que amplia o campo de diálogo e o coloca como oportunidade de uma produção intelectual relacional e inclusiva. Tal perspectiva pode contribuir para a prática clínica e, também, para uma reestruturação da saúde mental, bem como para a capacitação de profissionais da área, visando a uma atuação participativa e dialogada, promotora de uma mudança cultural, geradora de bem-viver e articulada com as esferas da diversidade, combinadas a políticas de reconhecimento e de acolhimento das diferenças.

A sistematização do conhecimento produzido configura-se como uma esfera de interesse para a sociedade atual, visto que ao tecer um olhar racializado sobre o campo da saúde mental — por um viés teórico e, sobretudo, agregado da percepção dos usuários de saúde mental — proporciona a oportunidade da participação destes na produção do conhecimento, o que configura um novo marco civilizatório para que se projete um novo modelo de cuidado e de garantia de direitos.

3.1 OBJETIVO GERAL

Busca-se verificar configurações das experiências de racismo, discriminação, preconceito e a relação com a saúde mental de pessoas pretas usuárias de serviços voltados à saúde mental da cidade de Belo Horizonte por meio da escuta de narrativas de seus cotidianos.

3.1.1 Objetivos Específicos

- Compreender os fatores políticos, culturais e sociais que colaboram para a perpetuação de uma cultura de exclusão e de marginalização da pessoa preta, na percepção dos participantes;

- Identificar se as vivências em uma sociedade racista se manifestaram no processo de saúde e de adoecimento mental de pessoas pretas, usuárias dos dispositivos de saúde mental;
- Avaliar se o reconhecimento do contexto racista fez ou faz diferença na vivência dos diversos sujeitos.

4 NARRATIVAS: TRAJETÓRIA DO CONHECIMENTO

Como um estudo qualitativo, esta pesquisa tem por objetivo compreender as experiências de racismo, de discriminação, de preconceito e sua relação com a saúde mental de pessoas pretas usuárias de serviços de referência em saúde mental da cidade de Belo Horizonte, por meio da escuta de narrativas de seus cotidianos. De acordo com Brunstein *et al.* (2020), a pesquisa qualitativa parte de uma curiosidade do pesquisador em responder às suas questões com o propósito de aprendizagem a respeito de algum aspecto social em contato com o mundo real. Para Minayo; Gomes (2006, 2008), a pesquisa qualitativa está objetiva a compreensão sobre o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Diante desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade revelada pelos próprios sujeitos.

Turato (2005) relata que, em uma pesquisa qualitativa, o pesquisador opta por conhecer os fenômenos no *setting* natural, tentando atribuir sentido aos fenômenos nos termos das significações que as pessoas trazem para estes. Tal que, para esta pesquisa, optar por captar a realidade de tal maneira, configurou-se uma oportunidade de visibilidade às pessoas envolvidas.

Este estudo elegeu uma forma de trabalho aberta aos influxos da realidade. Escolhi trabalhar de baixo para cima, em razão das coisas por elas mesmas. O intuito foi extrapolar uma teoria predominante e reformular um outro modo de compreender as vivências das pessoas em contextos de discriminações raciais.

Em nenhum momento prescindi à teoria, apenas procurei deixá-la entre parêntese, tentando ver o mundo por meio da percepção dos participantes, ou seja, buscando conhecer/ver as coisas pela relação. O intuito foi de recuperar um olhar originário, fazendo uma recusa, *a priori*, de tecer reflexões prévias para a disponibilidade de compreender a si e o outro.

4.1 Os participantes

A pesquisa contou com a participação de 19 pessoas, sendo homens e mulheres pretas e pretos, maiores de dezoito anos, usuários dos serviços de atenção à saúde mental, que estavam disponíveis à época da coleta de dados e aceitaram participar da pesquisa.

4.2 Encontros

Os encontros com os participantes da pesquisa foram realizados de forma individual, sendo este único, previamente combinado com cada um, em razão de sua disponibilidade de participar. Tais momentos tiveram a extensão entre 20 e 50 minutos, cujo tempo de duração foi direcionado pela liberdade de cada pessoa. Do encontro real dos corpos, corpos subjetivos eram expressos e espaços abertos, mediados por uma escuta empática, em que vozes silenciadas pudessem ser liberadas. Na escuta empática priorizei a minha presença ativa, sem fazer praticamente intervenções, escutando associações livres de lembranças que traziam. Para este estudo, consideramos fundamental que a discussão fosse tomada em função da experiência prático-teórica, oferecendo, assim, aos participantes, um espaço para que essa voz aparecesse, cujo propósito foi dar visibilidade a suas condições ocupacionais, de inclusão e de participação.

O trabalho de campo consiste em saber que nada se sabe, mas também em expor o que se pensava saber às pessoas que podem contradizer nossas verdades mais caras (LÉVY-STRAUSS *apud* MINAYO, 2012, p. 623). A cada escuta e narrativa um encontro acontecia. Esta relação íntima e pessoal foi o principal instrumento para a construção do conhecimento.

4.3 Local dos Encontros

Os encontros foram realizados com usuários de um dos Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMs) de Belo Horizonte. Buscou-se captar a percepção sobre o racismo, as experiências de discriminações e o preconceito, além de verificar a relação de tais experiências com a saúde mental, por meio da escuta das histórias de vida de cada participante.

Inicialmente, todos os CERSAMs foram contactados para disponibilizar informações sobre a pesquisa, seus objetivos e verificar a disponibilidade dos dados serem coletados em cada instituição. Após essa etapa, foi definido, de forma aleatória, um CERSAM dentre todos para coletar os dados.

4.4 Critérios de Inclusão

- Ter idade igual ou superior a 18 anos;
- Ser usuário do CERSAM e estar frequentando o serviço à época da coleta de dados;
- Ser preta, preto, parda ou pardo.

4.5 Critérios de exclusão

- Ter a capacidade de verbalização comprometida no momento da entrevista;
- Ser curatelado.

4.6 Aspectos Éticos do estudo

Trata-se de um estudo que está vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação, da Universidade Federal de Minas Gerais. A coleta de dados aconteceu entre agosto e dezembro de 2022, seguindo as prerrogativas éticas acerca de pesquisas com seres humanos, instituídas pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, com projeto de pesquisa submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, juntamente com o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 58882922.7.3002.5140. Este estudo contou também com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e (a) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Para preservar a confidencialidade dos participantes da pesquisa, foram atribuídos a eles nomes fictícios da diáspora Africana. Essa escolha foi feita como forma de reconhecimento da importância do nome para a constituição da subjetividade dessa população de forma particular. O nome, para os povos Africanos, é carregado de sentido e significado, dá ao sujeito a identidade. Os povos escravizados, quando eram trazidos pelos navios, eram batizados e seus nomes eram substituídos por um nome cristão, “*mesmo quando adotei o nome de Luísa por ser conveniente, era como Kehinde que eu me apresentava ao sagrado e ao secreto*” (GONÇALVES, 2022, p. 99). Destituí-los de seu nome foi o primeiro ato de violência cometidos aos seus ancestrais em solo escravagista.

4.7 A escrita como relatoria de uma escuta

As pretas e os pretos foram trazidos pelos colonizadores para o território denominado Brasil na condição violenta de escravos. Os colonizadores sequestraram seres humanos da África para serem mão de obra escrava e impulsionar a economia colonial. O racismo sistêmico, imposto a povos indígenas, desde a chegada dos portugueses, intensificava-se com povos pretos vindos da África. A principal causa do racismo ainda se sustenta na crença de que um grupo de pessoas deve ser subserviente a outro, o que representa um resquício do processo de colonização e de escravização de povos originários e afrodescendentes, além de perpetuar o preconceito baseado na aparência física, na cultura ou na religiosidade (FANON; SILVEIRA, 2008).

O racismo é fruto da colonização, historicamente organizado por um sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu que em função da ideia de raça e de racismo estabeleceu-se como organizador das relações de poder no mundo. Dentro desse novo sistema-mundo, que tem a raça como critério de estabelecimento de uma hierarquia de valores, a diferença entre conquistadores e conquistados foi codificada. Um padrão de poder que não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento.

Iniciou-se, portanto, a formação do eurocentrismo ou ocidentalismo (CORONIL, 1996). Essa proposta formulou o imaginário dominante do mundo moderno colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial em razão da crença de que o outro — não branco, sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia — é atrasado e primitivo. “Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências” (CAMINHA, [1500], 2019)⁴.

Esse mito imaginário e radical, em sua essência, refere-se à habilidade de pensar um mundo, modos de vida e as instituições sociais não conforme são, mas de acordo com uma supremacia branca em esfera global. Os navios negreiros eram os símbolos desse sistema desumano, que roubou vidas, direitos e liberdade. A

⁴ Caminha, Pero Vaz de. A Carta. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/carta.htm>

população moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior, assim, teria a obrigação moral de desenvolver os primitivos. Um discurso colonial que, mediante as classificações e da ideia de raça, resultou em um processo dissimulado de esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam povos e sociedade (BERNADINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016). Esse imaginário dominante, presente nos discursos coloniais e na constituição das subjetividades, está também nas ciências sociais, construindo narrativas discriminatórias que influenciam as práticas de saúde. Nas palavras de Hall *apud* Kilomba (2019, p. 43),

[...] nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os objetos “de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos”.

Raramente esses indivíduos eram vistos como sujeitos, o que é fruto de uma formação do pensamento subsidiado por uma linguagem colonial, via de regra, mergulhada em um referencial epistemológico, que bem sabemos tem cor, “branca” (FANON; SILVEIRA, 2008; FANON, FERREIRA & CAMPOS, 2022; ALMEIDA, 2021).

Ao ingressar no coletivo e ao ouvir as histórias de vidas cruzadas, tornei-me preta (SOUZA, 2021). Passei a perceber que as experiências que vivi ao longo da minha história, e que faziam emergir o choro, muitas vezes, reprimido, carregado de inadequação e culpabilidade, era de dores atravessadas pelo racismo e que, diante deste coletivo de pessoas, encontraram um lugar de autorreconhecimento e de conforto no mundo.

[...] é preciso distinguir o lugar epistêmico e o lugar social. O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo moderno/colonial reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico (BERNADINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016, p. 5).

Os discursos públicos sobre raça e gênero criaram modos de pensar e saber que ofuscam as disparidades de classe e desestabilizam noções de unidade (HOOKS, 2022). Logo, a mente acadêmica é treinada para um mundo compartimentado e

impermeável a tudo aquilo que não se encaixa em seus rótulos formais. Há um esforço constante em separar o inseparável: o mundo subjetivo do mundo objetivo, não bastasse separar esses dois mundos, também os hierarquiza, julgando um conhecimento em detrimento do outro, o mundo mental como superior ao mundo da matéria (SANTOS, 2023). Hooks (2021), argumenta que é diante de determinado lugar que teorizamos.

Nesse sentido, olhar para o lugar do qual nos expressamos envolve, necessariamente, olhar para as próprias experiências. E como observadora, uma das dificuldades iniciais esteve em lidar com os próprios sentimentos que vieram à tona diante da conscientização da própria subjetividade apagada, e, diante disso, fazer cumprir as etapas da pesquisa, mantendo a conduta ético-política e compromissada com os limites que a própria construção de conhecimento propõe para uma descrição e detalhamento dos dados coletados e os procedimentos adotados pela pesquisadora-observadora. Como estratégia, busquei registrar de maneira mais fiel possível a pesquisa, bem como uma escrita capaz de contribuir para a construção de uma consciência histórica a respeito do papel da escravidão e de acesso a todos.

Nosso povo é da originalidade e a academia inventou a escrita como linguagem. Então, propus utilizar desta mesma arma, “a linguagem acadêmica”, do ambiente acadêmico colonizador e transformá-la em uma defesa para as gerações futuras (SANTOS, 2023). A escrita queria, a qualquer custo, se instalar e passar a ser a linguagem predominante, no entanto, foi na oralidade de saberes orgânicos dessas pessoas que as narrativas foram descritas, com isso, se revelaram situações e contextos que fortaleceram a trajetória dos sujeitos envolvidos neste estudo. A pesquisa narrativa pode ser entendida como uma forma de compreender os fenômenos da experiência humana. Trata-se de um estudo de histórias vividas e contadas, um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas que também os pesquisadores contam (CLANDININ; CONNELLY, 2011).

Apresento-lhe, assim, uma “narrevivência”, parafraseando Conceição Evaristo, que propôs a escrevivência. Trata-se de uma trilha política e o desejo de construir outras narrativas sobre si mesmo e sobre o mundo, de modo que os aspectos do racismo não passem despercebidos. Um recurso metodológico de construção e escrita que utilizou da experiência da pesquisadora para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de pessoas pretas. De acordo com Evaristo

(2021), uma escrevivência não é uma escrita narcísica, pois uma escrita narcísica não reflete o nosso rosto. Uma escrevivência leva à coletividade. “Es-cre-viver”, é um processo que se dá na não neutralidade de quem escreve, uma vez que a autora se colocou no espaço aberto entre a memória, o imaginário e o fato, utilizando-se dessa profundidade para construir uma narrativa singular, mas que apontou para uma coletividade⁵.

A “narrevivência” significa, nesse sentido, narrar histórias de vidas absolutamente particulares, mas que remete a experiências coletivas, uma vez que se compreende a existência de aspectos de um comum, quer seja por características compartilhadas pelos marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. É a afirmação de um espaço de expressão e resistência por meio da palavra, revelando identidades e experiências que, historicamente, foram negadas e deslegitimizadas.

É importante dizer que, mesmo que estas narrevivências, como metodologia, tenham um diálogo com a pesquisa narrativa, ela tem uma natureza orgânica. Orgânica, no sentido em que foi desenvolvida, sem nenhuma preocupação em atender a alguma metodologia à priori. Ao optar por uma construção de baixo para cima, optei por um saber vivido. O saber orgânico é o saber do ser, da experiência, da realidade vivida, do deixar-ser, da disponibilidade para o novo (SANTOS, 2023). Portanto, a metodologia foi se construindo por si só, por meio da minha relação com as pessoas pretas no serviço. Nos tornamos compartilhantes de saberes. Nessa confluência de saberes, uma relação de respeito e de correlação de forças equilibradas foi estabelecida. Renunciamos ao saber sintético da universidade e ousamos a busca do saber orgânico (SANTOS, 2023). Deixamos que as nossas experiências de pessoas pretas pudessem mostrar-se por si mesmas. Destarte, optei por eleger um modo orgânico de construção de conhecimento por acreditar na sabedoria do coletivo, que é o saber que sustenta (SANTOS, 2023). Assim “narrevivemos”.

As “narrevivências” foram transcritas e organizadas por categorias de sentidos comuns, presentes no discurso do coletivo, almejando, assim, uma interlocução da linguagem oral com a linguagem escrita em busca de uma forma de pensar as experiências de discriminação pela materialidade e pela experiência vivida. Dessa

⁵ Conceição Evaristo explica o conceito de “escrevivência” e relação com mitos afro-brasileiros/
https://www.youtube.com/watch?v=EmuW_OjxKlC/

forma, alterando as tradicionais categorias analíticas abstratas que funcionam como encaixes para a realidade, produzindo como conhecimento uma espécie de deformação da realidade (SANTOS, 2015).

As “narrevivências que aqui se produziram não podem ser lidas como histórias para ‘ninar os da casa grande’, mas para incomodá-los em seus sonos injustos (EVARISTO, 2017b). Aqui a escrita é um convite a um salto de consciência numa leitura capaz de unir razão e emoção. A palavra é escrita e inscrita, nela há a ousadia de compor territórios retalhados, descaracterizados e degradados. São fatos-histórias, buscando ordenar-se numa outra atualidade do saber, não se deixando romper com elas próprias ou com as suas transformações. As “narrevivências” que se apresentam são desenrolar de fios de experiências múltiplas que, ao mesmo tempo, se enredam nas histórias de pessoas negras e suas trajetórias existenciais, atravessadas por violências.

5 NARREVINHANDO OS FATOS

5.1 Caracterização dos participantes

A amostra deste estudo foi composta por 19 participantes, todos usuários do Centro de Atenção à Saúde Mental (CERSAM), da Prefeitura de Belo Horizonte.

Quadro único — Caracterização dos Participantes

| Identificação | Idade | Escolaridade | Identidade de gênero | Identidade racial |
|---------------|-------|------------------------|----------------------|-------------------|
| E1 | 27 | Médio Completo | Mulher Cisgênero | Negra |
| E2 | 54 | Semianalfabeto | Mulher Cisgênero | Mulata |
| E3 | 57 | Fundamental Incompleto | Homem Cisgênero | Negra |
| E4 | 46 | Médio Completo | Mulher Cisgênero | Parda |
| E5 | 22 | Fundamental | Mulher Cisgênero | Clara |
| E6 | 39 | Médio Completo | Mulher Cisgênero | Parda |
| E7 | 47 | Fundamental Incompleto | Homem Cisgênero | Moreno Claro |
| E8 | 65 | Superior | Mulher Cisgênero | Negra |
| E9 | 30 | Fundamental | Mulher transgênero | Negra |
| E10 | 31 | Fundamental | Mulher Cisgênero | Negra |
| E11 | 61 | Semianalfabeto | Homem Cisgênero | Moreno Claro |
| E12 | 47 | Fundamental | Mulher Cisgênero | Negra |
| E13 | 42 | Médio Completo | Homem Cisgênero | Moreno Escuro |
| E14 | 21 | Fundamental Incompleto | Mulher Transgênero | Negra |
| E15 | 21 | Fundamental | Homem Cisgênero | Parda |
| E16 | 39 | semianalfabeto | Homem Cisgênero | Jambo amarelo |
| E17 | 25 | Semianalfabeto | Mulher Cisgênero | Negra |
| E18 | 51 | EJA-Cursando | Homem Cisgênero | Parda |
| E19 | 32 | Não Respondeu | Não Respondeu | Negra |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

5.2 Chegando ao local dos encontros

Um portão de grades e um cadeado delimitando o espaço denominado Centro de Atenção à Saúde Mental (CERSAM) e a rua; um porteiro e uma chave faziam o controle de saída e de chegada, alguns homens e mulheres com as mãos seguravam a grade a observar a rua, outros sentados em um canto à direita, ainda outros andavam de um lado e de outro.

Ah, eu sou assim, eu gosto de ficar quieta. Eu gosto de ficar quieta num canto eu aceito as coisas. Eu estou querendo sair daqui eu quero entrar em contato com minha família (E5, mulher, 22 anos).

Chegou meu computador ontem, eu fiquei chateada, meu pai já me trouxe pra Samu, eu estou chateada com isso. E era pra mim estar lá em casa lá revendo as minhas coisas de estudo. Eu tô doida pra ir embora pra casa, pra mim poder fazer minhas coisas, sabe eu sinto que eu tô atrasada, quero escrever um livro sobre autoajuda, ultimamente tô lendo o livro do Barack Obama, tô lendo o livro de mutações, eh, havendo uma sociedade, economia e políticas ou relatos e também o livro de, já li o Código da Vinci, preciso ler "O Príncipe", preciso ler o livro da Maria Maju, né! Falando sobre o clima, preciso de ler livros do Lázaro Ramos, a biografia dele, eh Michele Obama que foi muito discriminada também. Eu acho que eu quero embora, voltar pra minha casa. Minha mãe tem que deixar eu viver minha vida. Eu falei com ela: Oh mãe não importa que a casa tá arrumada não, deixa eu ir arrumando, vai viver sua vida ai sabe! Ahhhhhh! Vai vivendo, vai fazendo alguma coisa pra senhora, depois que eu arrumar eu saio. Todo mundo estressado precisando passear, não tem sexo mais. Eu tenho vontade de sonhar ainda, eu tenho vontade de casar sabe. Mas eles não me deixam sai. Como se a gente fosse criminoso. (E12, mulher, 47 anos).

Lá no Centro de Convivência não, lá a gente pode sair a hora que a gente quiser. Lá fica tudo aberto. Você conhece? Vou lá, lá tem EJA, tem arteterapia, lá tem curso, lá é bom de ir. Aqui não (E18, homem, 51 anos).

E deste lugar que coletei os resultados que deram corpo a este estudo. Ao chegar a ele, logo fui conduzida a uma recepção, e enquanto aguardava a pessoa responsável por me receber, um homem de pele parda se levantou do banco onde estava sentado e veio até a mim e estendendo a mão em minha direção, se apresentou como Manuel (Nome fictício). Manuel não hesitou em me perguntar se eu era novata ali. Eu disse que eu estava esperando para falar com a recepcionista, ao que Manuel insistiu em saber mais sobre minha presença ali, me perguntou novamente para que eu queria falar com ela. Eu lhe expliquei que eu estava ali para fazer uma pesquisa. Antes mesmo que eu tivesse chance de maiores detalhes, Manuel se antecipou, já foi logo dizendo que ele não tinha problemas de saúde mental e que estava ali para tomar remédios e logo voltaria para casa. Em seguida nossa conversa foi interrompida e fui convidada a entrar em uma sala, onde tive a oportunidade de participar de uma reunião e ver um grupo de profissionais comprometidos em encontrar meios, mesmo com recursos limitados, para se criar uma rede de suporte para um dos participantes.

5.3 Conhecendo os participantes por meio dos prontuários de registros

A identificação racial como pessoa preta foi um dos critérios de inclusão estabelecido para seleção dos participantes deste estudo, entretanto, no primeiro dia de coleta, na maioria dos prontuários dos usuários que me foram entregues, não havia informações sobre identidade racial. Precisei da ajuda da recepcionista para selecionar apenas os prontuários de pessoas pardas e pretas. Após ter os prontuários selecionados com a ajuda dela, escolhi um prontuário aleatoriamente, e posteriormente, me dirigi ao pátio em busca da pessoa de quem tratava o prontuário. Não obstante, optei, em segundo momento, por transitar entre eles e na medida que fui caminhando me fazendo presente, observando os fenômenos que aconteciam no pequeno espaço oferecido para estarem juntos, alguns se aproximavam, com isso, ao passo que permitiam e tinham interesse, eu os convidava para participar da pesquisa. Assim, a seleção dos participantes foi acontecendo em função do contato corpo a corpo ali no pátio, só depois se deu o acesso aos prontuários, após a escuta.

Imprescindível relatar que nos prontuários de registros dos participantes desta pesquisa não havia informações sobre identidade racial, ou mesmo informações como identidade de gênero. Além disso, foi possível observar que nos prontuários dos participantes, em sua maioria, havia a descrição do diagnóstico o CID, F25 (Transtorno esquizoafetivos) e F200 (esquizofrenia-paranóide).

5.4 A percepção do Dispositivo de Atenção à Saúde

Alguns participantes apontaram aspectos sobre as relações que são estabelecidas durante o tempo em que permanecem no CERSAM. Apontaram o espaço enquanto de reconhecimento e de socialização, também, sobre situações de discriminação e violência por parte dos profissionais.

Quem me indicou o CERSAM foi o meu psiquiatra. Foi, ele falou que aqui eu poderia tratar, eu poderia passar o dia inteiro e passar por psicólogos e ele é psiquiatra só. Conversar com mais gente. Pra eu me entender melhor com as pessoas, fazer novas amizades, eu não tenho nenhum amigo (E8, mulher, 65 anos).

O Dr. Onófre (nome fictício), ele, eu não consegui me entrosar bem com ele. Porque ele falava das coisas que não existiam comigo. Falava que eu agredia minha mãe que eu batia nela, que eu era muito revoltada, que eu era muito estúpida, ignorante, que eu não estudei, que eu comprei meu diploma. Só coisa ruim, ai eu não sei porque que ele falava isso. Estudei sim, fiz curso superior, ciências contábeis (E8, mulher, 65 anos).

Porque nos outros lugares a gente é discriminado. As pessoas acham que a gente tá com frescura, que a gente tá com falta de Deus, que a gente precisa procurar uma igreja, e aqui é bem agnóstico assim por dizer. Todo mundo aqui acredita em Deus, mas ninguém impõem religião a ninguém. Ai por isso que eu gosto de vir aqui (E1, mulher, 27 anos).

Na primeira casa que eu morei eles me tratavam super mal. Eles não me deixavam entrar na cozinha para beber um copo d'água (E17, mulher, 25 anos).

Eu estou sendo cuidada aqui. Eu acho que eu preciso de uma fisioterapia, mas isso não consegue isso aí não. Porque eu não estou tendo muito movimento nesse braço aqui não, fazendo igual eu faço com isso aqui não (E10, mulher, 30 anos).

Eu fiquei internada lá no André Luiz, uma vez, aí eu saí e deu crise de novo, eu fiquei mais um mês. Aí foi e fez exame da cabeça, porque eu estou dando leite, aí não era nada da cabeça não aí [pausa] o médico foi e, é receitou eu fazer ECT. Aí eu pedi a minha mãe pra não deixa eu faze não. Aí minha mãe falou que ia respeita o meu querer e não ia autorizar eu fazer ECT não. Aí eu fiquei internada lá três vezes. As três vezes que eu fiquei internada lá eu fiquei trinta dias, ai eu fiquei aqui também [pausa] aqui eu acho que eu só dez dias. aqui e lá e um outro que quando eu morava com minha mãe, num outro CERSAM (E9, mulher, 30 anos).

Estando as instituições nesse lugar que absorve e mantém os antagonismos sociais, os conflitos raciais também são parte delas. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa de ações isoladas de grupos ou indivíduos racistas, mas, fundamentalmente, foi representada nas narrativas dos participantes como um espaço hegemônico, e também como espaço de pertencimento, reconhecimento e participação social.

5.5 A relação com a “Medicalização”

Encontrei Manuel novamente e quanto Manuel conversava comigo, outros fenômenos aconteciam a nossa volta. De repente, um outro homem chegou próximo a nós e me perguntou se eu tinha um telefone, pois precisava ligar para a família para buscá-lo; outro, recusando a tomar a medicação, rasgou um papel em sua mão e saiu; ao lado, gritos de uma mulher se recusando a ser medicada. Em seguida, uma outra mulher me pediu para ajudá-la a ligar para a mãe; um outro me beijou a mão, e foi logo convidado a se dirigir à sala de medicação.

A relação com a medicação foi um aspecto que emergiu como um primeiro ponto desde a minha chegada a local de coleta, o que foi confirmado por alguns participantes durante os encontros. Alguns manifestaram com naturalidade o fato de

ir ao CERSAM uma vez por semana para receber medicação, enquanto outros apontaram a medicação como um fator que compromete o desempenho em outras atividades de interesse deles.

E eu já sou formada em remédio assim, de tanto tomar remédio desde dois mil, dois mil e quinze eu comecei a tomar o Haldol e o Clorpromasina, então eu estou virando farmácia está me dando muito remédio. Me deu remédio até que não podia. E eu achei muito engraçado, foi na hora certinha que ele falou ainda, aí depois ela começou a ver que eu estava com ânsia de vomito, mas não é ânsia de vomito. É o remédio e que está fazendo efeito. Então você, igual assim o Haldol, agora está fazendo só o Haldol (E4, mulher 46 anos).

Pra mim não precisa de nada disso, vim aqui pra ficar dopada, tomar os remédios aí, fico ruim, assim voando (E12, mulher, 47 anos).

Fala nada não, eles só me dão Decanoato, Haldol. Eles não conversam muito, só me dão remédio (pausa). Eles só me dão remédio (E16, homem, 39 anos).

Eu tô tremendo doutora. Estou tremendo. É por causa do remédio. Eu tô querendo fazer faxina, mas só que meu braço aqui doutora ó mexendo direito não...Entendeu? Não estou tendo apoio pra pegar as coisas. Está dando coisa no meu braço. O remédio está me fazendo mal. Eu sinto que está me fazendo mal por que o braço eu tinha movimento no meu braço, agora hoje eu só fico tremendo o braço. Pra dormir é uma dificuldade. Entendeu pra eu dormir. Oh doutora, quando eu não quero tomar os remédios e sou obrigada, eu tenho que tomar. Eu me sinto mal, porque eu nunca precisei de remédio na minha vida doutora. Eu sempre fui uma menina carismática hoje eu sou uma menina mais triste. Porque eu fico debilitada de fazer as coisas. Entendeu? Eu quero fazer as coisas, igual pega pra trocar minha filha, meu braço não deixa. Entendeu? Tudo isso eu tento explicar pra doutora Fabiola (Nome fictício) ela fala que não pode tirar o remédio. Só os remédios mesmo e o braço que queria volta movimentar meu braço. Eu preciso disso pra cuidar da minha filha (E10, Mulher, 31 anos).

O ruim é a medicação, eu não tomava Haldol, agora eu tô tomando, eu fico parado, o corpo para. Eu emagreci muito. A medica disse que eu estou perdendo músculos, tô com câimbras por causa disso. A única coisa que faço é caminhar. Eu era instrutor de capoeira (E18, homem, 51 anos).

A regulação do comportamento, por meio da farmacologia, pode ser representada como um avanço na história da saúde, no entanto, é preciso atentar para o uso dos psicofármacos de maneira discriminatória. Aqui, o uso dos psicofármacos foi apontado pelos participantes como recurso impeditivo para que eles possam exercer certas atividades importantes para as suas vidas. Tal colocação nos convoca à necessidade de repensarmos as formas de atenção para além do tratamento farmacológico.

5.6 Ambiente familiar

Durante os nossos encontros, a maioria dos participantes relataram ter vivenciado situações de violência no contexto familiar. Entre as violências relatadas por eles, destacaram-se: o abandono familiar por parte da mãe ou pai, ou por ambos; abusos físicos e psicológicos; discriminação por questão racial e identidade de gênero.

Eu sou órfão, fui adotada aos três meses de idade. Eu nunca conheci a minha mãe. Eles não falam desta história [a família que a adotou], eles não sabem dizer a história e os motivos de eu ter sido abandonada pela minha mãe (E8, mulher, 65 anos).

Mas todo esse meu problema psicológico começou quando eu tinha 12 anos, que eu fui vítima de abuso sexual na infância pelo meu pai. Foi do 5 aos 12 anos. E que por isso sempre penso em morrer. Eu moro com a minha mãe e com meu irmão. Minha mãe era casada, aí morava eu minha mãe e meu pai com meu irmão. Aí meus pais se separaram por muitos motivos, porque aí eu dei graças a Deus, porque os abusos pararam (E1, mulher 27 anos).

O meu pai não aceita que eu sou uma mulher trans. Ele não me aceita pintar as unhas, usar cílios. Ele não aceita por causa da religião néh, que ele é evangélico. Ele não aceita por causa da religião. Ele acha que eu sou um coisa ruim (E14, mulher trans, 21 anos).

Meu pai abusou de mim e da minha irmã mais nova de 7 anos e dos meus cinco irmãos eu tinha 12 anos. A minha irmã mais velha de vinte sete anos tem uma filha do meu pai. Ele bebia. Se minha mãe fizesse alguma coisa ele batia nela, machucava ela toda. Sabe quem descobriu que ele fazia isso com minha irmã? Eu e a vizinha. Pegamos o celular e filmamos na janela. Pelo buraco da janela a gente via minha irmã. Ele amarrava ela na cama, batia, abusava. Até dos meninos homens eu que vi e tive que correr atrás de polícia, aí ele saiu, mas voltou e continuou a mesma coisa. Aí a gente foi filmou e ele ficou 49 anos de cadeia. Tem dois anos e meio que ele está preso. Eles tiveram que me tirar de casa por coisa ... por...me tiraram pra segurança (E17, mulher 25 anos).

O ambiente familiar é considerado o primeiro espaço de formação da subjetividade da criança, assim afirma Fanon (2008). Se a família é versada como espaço de respeito e ambiente hierárquico, e se a discriminação racial é uma relação de poder que se impõe à revelia da vontade consciente dos indivíduos, o amor familiar também se manifesta como uma relação de poder, em que a raça é um elemento organizador, que funciona na lógica da negação do racismo e da exaltação da democracia racial (SCHUCMAN, 2018).

5.7 O ambiente escolar

O ambiente escolar também foi apontado como um dos contextos de experiências de discriminação, tanto por parte dos colegas, quanto por professores.

A gente era discriminado na escolinha também por causa da cor, a gente era muito discriminado. Porque os meninos brancos, não queriam sentar perto da gente, não queriam sentar, perto da gente quando era em grupo (E10, mulher, 31 anos).

A professora me chamou de negra. Racista! Ela era racista, ela era branca. Mamãe foi lá e deu paulada nela, na professora, bateu nela bastante. E não foi presa. É racismo mesmo. Eu já fui espancada. Quem me salvou foi minha irmã que enfiou o dedo no nariz (por uma colega) arrancou sangue e bateu nela pra caramba. Nunca mais ela bateu ne mim mais (E3, mulher, 57 anos).

Nos ia na escola, a professora batia ne nós, pra gente aprender. Em mim a professora não batia, porque ela não me deixou usar o banheiro não. Olha pra você ver que covardia. Ai o menino, eu tinha 7 anos de idade. Eu tenho trauma de escola menina, eu não gosto de jeito nenhum sabe. Quando eu era criança a professora batia pra eu aprender. Nunca se deve usar a violência pra uma criança aprender a ler. Não pode. Ela agredia era meu irmão sabe. Ela batia no meu irmão porque meu irmão tava... ele não sabia escrever. Ele fazia assim, tipo um... Ele não conseguia fazer ela batia nele e eu não podia fazer nada neh. Eu estava na sala, mas ela não bateu em mim não, mas também não me deixou salvar ele não. Ela bateu nele uma vez só, depois disso ele não voltou na escola mais não (E7, homem, 47 anos).

Tinha outras meninas que faziam bullying comigo, faziam bullying comigo, me zoavam e por causa do carisma delas, elas eram muito inocentadas. Mesmo com ela sendo muito malvadas até acha que ela tem até aquele filme meninas malvadas que aí teve trio de meninas populares. Falavam que meu pé tinha mais cabelo, que a minha cabeça. Falava que a minha cabeça parecia um ovo para me chamar de cara de pinto, sabe? Ficava me zoando, ficava me zoando. Eram muito inocentadas por causa do carisma dela, sabe? Aí as pessoas deixavam, passava pano, passavam pano pra elas por causa do carisma delas. O diretor da escola sabe?" (E14, mulher trans, 21 anos).

Olha eles me separaram do grupo da escola superior. Eu fui discriminada, mas eu me dei bem porque só eu que consegui passar no objetivo de conseguir formar. Os outros todos ficaram pelo meio do caminho, eles não conseguiram alcançar o objetivo que era ser, ter o curso superior. É isso (E8, mulher, 65 anos).

Eu nunca fui escolhida para ser a rainha do milho, meus pais nunca tinham dinheiro para comprar a minha rifa, também nunca fui eleita a menina mais bonita da classe, assim como também nunca recebi aquelas cartinhas de correio elegante, nunca fui a mais inteligente, chamavam os meus cabelos de bombрил, e naquela época a minha mãe mantia-os bem curto alegando serem mais fáceis de cuidar e uma forma de não pegar piolho. Ai se você pegasse piolho! Quando entrei para a escola achei que as coisas iriam ser um pouco diferente. Mas foi sempre tão igual, no fundo eu não sei qual o mal que eu fiz (E4, mulher, 46 anos).

"ele me provocava, provocava. Aí tudo mundo provocava também. Aí ele vai lá eu pego o caderno você joga assim na frente assim aquele barulhão, nossa precisa fazer isso? Precisa virar essa vozinha pro meu lado? Aí eu falei assim:

não que letra feia professor faz uma mais bonita, aí ele foi lá escreveu no meu caderno, você é arrogante. Aí eu falei assim: eu sou arrogante porque o senhor está fazendo arrogância. Aí ele falou assim: não estou fazendo arrogância com você. Uma hora você vai ver a sua vez (E4, Mulher, 46 anos).

De acordo com os resultados, a maioria dos participantes relatou tensões, medos, desconfortos em relação às suas experiências na fase escolar. Assim, a escola se mostrou como o primeiro espaço em que a criança negra irá sofrer o racismo depois do ambiente familiar. Não precisamos ter receio em afirmar que a escola é racista.

5.8 A Interseccionalidade das violências

O ambiente as relações sociais também foram relatadas por alguns participantes como espaço de experiência de violências que interseccionam com as questões de raça. Experiências estas que estão aqui relacionadas a questões culturais, morais e religiosas e estéticas, que excluem e estigmatizam corpos.

Eu me sinto muito mal, acho que eu nunca mais vou conseguir nada na vida por causa disso. Ontem quando a minha mãe me levou para o Hospital eu falei pra minha mãe que o maior medo que eu tenho é de ficar doida de vez. Porque em vista de muitos que tem aqui eu acho que eu ainda tenho um pouco de lucidez. Se eu ficar doida de verdade? Ai que eu não vou ser ninguém mesmo. Já sou gorda, já sou preta, já sou pobre e ainda doida? Não tem lugar mais pra mim nesse mundo. “Eu sou totalmente fora do...sou todas as minorias neh! Sou pobre, negra, gorda. Então eu sempre sofri preconceito. Eu sou totalmente fora do padrão. Eu sou todas as minorias neh! Sou pobre, negra, gorda. E agora louca? Então eu sempre sofri preconceito (E1, mulher, 27 anos).

O que eu mais escuto das pessoas e o que me dá mais raiva é a pessoa falando assim: nossa quando você fizer bariátrica você vai ficar muito linda, aí você vai ficar muito mais ágil, você vai conseguir emprego, você vai conseguir namorado se você quiser trocar de namorado. Tipo assim, como se a gente fosse só matéria sabe, as pessoas não conseguem ver o que a gente é por dentro. Acha que isso daqui é que tem importância (E1, mulher, 27 anos).

É muita injúria racial, é muito feminicídio. Eu sou contra tudo isso, não estou nem assistindo televisão, eu não gosto disso, não gosto, não gosto. Cheguei a morar sozinha. Meu relacionamento não deu certo, o cara me batia, o cara não tem estabilidade. Eu não tenho vontade nenhuma de voltar pra lá não meu Deus (E12, mulher, 47 anos).

Até dentro de um shopping, quando você entra dentro de um shopping, eu não sei se você já viveu ou já ouviu relatos de pessoas que entraram dentro de um shopping e não foram atendidas por causa da cor de pele. Respira fundo, por causa da roupa que a gente está vestida (E1, mulher, 27 anos).

Assim desde sempre eu gostava de ficar correndo atrás de menino, ficar com brincadeira com menino sabe? Ficar chamando o menino de meu namorado. Ficava falando que os meninos eram meus namorados, ficava falando até brava sabe essa gíria “brava”? Brava é quando você fala alguma coisa que é viadagem. Se o você perguntar alguém o quê que é “brava”, você vai ver o que que é. Que “brava” que é essa aí meu filho? Eu descobri que eu era uma mulher. Eu fui me achando estranho neh! A gente vai descobrindo que a gente tem corpo de homem, mas a mente é de mulher é meio estranho (E14, mulher trans, 21 anos).

As pessoas negras tem que superar os obstáculos. O Estado só é com a educação, mais nada. Começa com o âmbito familiar que forma e ajuda a pessoa seguir na vida. Eu acho que esse é o caminho que quem escolheu não foi a gente. Quem escolhe é a natureza divina: Deus. As pessoas procuram um ideal de vida, aos poucos ela se relacionam de grau de natureza mais nível que eles espiritualmente, vão chegando ao consenso que todo mundo caminha na verdade. E viver com discrição, com dignidade por toda a eternidade (E8, mulher, 65 anos).

Toda vez que eu precisava falar, eu chorava. Em casa meus pais mandavam eu calar a boca e na escola riam de mim. Isso durou por muito tempo, até hoje eu choro. Tenho muito medo de errar, tento reprimir meu choro, mas não consigo e isso me faz sentir ainda mais inútil. Eu até me esforço para ser inteligente, para conseguir falar como as outras pessoas, só que e quando começo a falar o que vem primeiro é o choro. Então eu acostumei a me silenciar, é uma forma de me esconder (E4, mulher, 46 anos).

As narrativas ora apresentadas levam em consideração que o racismo está presente em outras intersecções. Aqui, elas apontam a necessidade de debate das estruturas de poder sobre as determinações de raça que perpetuam em formas de violências entrelaçadas com as questões de gênero.

5.9 O ambiente do trabalho

Diante dos relatos dos participantes foi possível observar o ambiente de trabalho como um outro ambiente que contribui com os processos de violências e de adoecimento.

Lá era todo mundo branquinho, branquinho. Eu era a única negra. Só que eu sempre confiei no meu trabalho e eu já tinha experiência, porque eu já tinha trabalhado como estagiária lá. Eu era a responsável por todo mundo. Eram vinte pessoas que iam ser efetivadas. Era todo mundo branco, classe média alta, assim, eu era a, eu me sentia o patinho feio na empresa. todas as pessoas foram contratadas, só eu que não. Só por causa da minha cor de pele e por causa da minha condição social, porque eu sabia que eu desempenhava o serviço bem melhor do que as outras pessoas, tanto é que eu era responsável. Quando tinha pepino era atrás de mim que eles corriam pra resolver. E eu não fui contratada! Nó nessa época eu fiquei muito mal, muito mal, mal mesmo. Porque eu senti o preconceito na pele. E tudo isso faz a gente adoecer, que a gente vai pensando poxa eu não sou nada, eu não sou ninguém eu sou só matéria. Matéria que foi usada quando criança,

matéria foi discriminada na escola, matéria que só serviu durante um tempo no emprego, quando foi pra efetivar não rolou por causa da minha cor (E1, mulher, 27 anos).

De tanto trabalhar, eu trabalhei muito. Eu nunca parei de trabalhar. Eu trabalho até hoje, eu nunca parei de trabalhar não. Eu sou vendedor profissional. Quando eu tive depressão, eu tinha medo de sair na rua, eu era inútil (E3, homem, 57 anos).

Eu estava com a pressão alta e diabetes e foi do nada. Eu era carpinteiro, trabalhador, eu estava normal. A minha vida acabou. A minha mulher saiu de casa agora, depois da última crise. [se emociona, tenta esconder o rosto com as lágrimas]. Eu era instrutor de capoeira. Foi do nada, eu estava trabalhando e quando acordei eu estava internado (E18, homem, 51 anos).

Depois que eu comecei a trabalhar as pessoas pararam de me pagar, como contadora, não quiseram pagar. Porque contabilidade dá muito trabalho e eles não dão valor. Não pagavam direito, pagavam do jeito que queriam então por isso (E8, mulher, 65 anos).

As narrativas retratam como o espaço de trabalho traz uma herança escravista. Em vista disso, apontam para a necessidade de levantar a questão da representatividade em função da proporcionalidade da participação de pessoas pretas em ambientes institucionais mais diversos e democráticos.

6 AS PRETAS E PRETOS E SUAS NARREVIVÊNCIAS NAS TRAJETÓRIAS EXISTENCIAIS SUBJETIVAS E OBJETIVAS QUE VIVERAM E VIVEM

Os resultados do compartilhamento estão organizados em histórias de vidas chamadas de narrevivências. Para a seleção das narrativas que auxiliaram na construção das narrevivências, foi realizada uma leitura detalhada de todas as narrativas, identificadas nos relatos as violências e, posteriormente, organizadas em blocos que serviram de elementos para compor as narrevivências por meio dos pontos comuns das experiências vividas. Nas “narrevivências”, a seguir, um compilado de trajetórias de vidas violentadas, dores individuais, mas que também são coletivas.

6.1 A Menina Café com Leite

Thabisa, um nome feminino que surge da língua zulu, a qual pertence a família das línguas nígero-congolesas. Thabisa tem 54 anos, e disse ter nascido em uma família inter-racial. Entre as irmãs, ela é a única que traz na pele a cor da invisibilidade, como ela mesma se autodescreve, *“eu me sinto invisível na maioria das vezes, [...] minha mãe é branca, meu pai é negro, as minhas irmãs são brancas como a minha mãe. Elas têm a pele cor de leite, falta pouco para ver do outro lado, chega que dá para ver as veias azuis”*⁶. Quanto ao pai, ela se refere à cor da sua pele como cor de “café”. *“Quando criança eu achava que ele era daquela cor porque tomava muito café”*, Thabisa sorri. Prossegue contando sobre nunca ter tomado café puro, relata que tinha medo de ficar preta como o pai. Silêncio! Abaixando a cabeça, por alguns segundos, e voltando o olhar disfarçado, com um sorriso faceiro que lhe pareceu bem próprio, diz do seu apreço pelo café com leite, sua bebida preferida desde a infância: *“Minha bebida preferida, café com leite”*. Me contou também sobre a raridade com que o café com leite lhe era oferecido, *“era muito caro”*, a pobreza caminha de mão dadas com exclusão.

Ao mesmo tempo, ela que conta que o café puro lhe embrulhava o estômago, conta, também, que nas ocasiões raras que tinham o leite em casa, não perdia tempo em juntar os dois, café e leite, *“parece que eu junto todo mundo em mim”*, *“sou da cor*

⁶ Optei por colocar as falas dos entrevistados em itálico, como forma de diferenciá-las das demais citações. Ademais, apesar de as normas técnicas preconizarem o recuo de 4 cm para citações diretas longas, optei, também, por colocar as falas dos partícipes no corpo do texto, dada a metodologia de “Narrevivencia”, que mistura a fala de cada participante com a da pesquisadora.

de café com leite neh?”. O café com leite lhe oferecendo muito mais que uma refeição, na mistura também a tentativa de integrar a si mesma, mediante a encruzilhada que a imagem do pai e da mãe lhe colocava. Uma realidade marcada por violências, obstáculo para integrar-se junto à realidade familiar.

Para ela, a encruzilhada da estranheza era demarcada pela realidade conflituosa da relação dos pais, em que as brigas sempre a tomavam como centro. Thabisa se via no entremeio, nem a brancura e nem a negrura, *“Na minha infância nunca consegui entender exatamente de que lado eu estava. Às vezes eu achava que tinha alguma coisa de errado comigo, sabe? Será que é a cor da minha pele, será que era meus cabelos crespos? Ora era rejeitada por não ter a pele branca da minha mãe e minhas irmãs, ora por não ter a pele retinta como o pai. “Do meu pai não vejo que ele me trate com as mesmas gentilezas com que trata as minhas irmãs, costuma dizer que é por eu sou mais velha e elas são menores. Mas um dia já fui menor e não era diferente”*. A minha mãe dizia que era igualzinha ao pai, *“ela me chamava de macaca preta”*. [...] *“eu chorava, ficava com raiva, [...] eu brigava com todo mundo. Aí eu batia em todo mundo, eu brigava com todo mundo que via na minha frente [...] Com raiva de todo mundo[...].”* *“Quando eu olhava para as crianças brancas eu desejava muito ser como elas, eu até evitava ficar no sol para que minha pele ficasse mais branca”*.

Na maioria das vezes, Thabisa se sente a *“estranha”*, como se não fizesse parte da família, *“inadequada, era como eu me sentia. Eu chorava muito, mas todos me xingavam ainda mais”*. Ela conta que quando o pai olhava para ela, é óbvio que *“eu não sou preta”, parecia depositar em mim toda raiva que sentia. Ele era muito violento”, “a mãe já ficou a poder de arma [...] meu pai tinha ciúmes dela demais”*. A mãe, por outro lado, nunca intervia na violência do pai em relação à Thabisa, alegando não ter força suficiente para tirá-la das garras do pai, *“ela tinha medo de apanhar também”*. *“Minha mãe nunca ergueu os punhos para se defender a si mesma”*. [...] *“eu sinto que eu apanhava no lugar dela”*. *“Eu era o saco de pancada deles, parecia que eles queriam que eu não existisse, sempre me senti culpada por tudo naquela casa. Tinha vontade de sumir. Mas sumir pra onde?”*

A mãe de Thabisa também a olhava com indiferença, *“para ela é óbvio que não sou branca”*, e no óbvio do pai e da mãe Thabisa disse que encontrou mais uma cor, *“a cor da invisível”, para eles eu não existo”*. A mãe de Thabisa se colocava indiferente ao sofrimento da filha, como também omissa em relação às agressões do pai contra

a filha. Quanto à Thabisa permanece em uma existência limítrofe, no entrelugar da existência.

Além disso, a mãe atribuía aos outros filhos outras tarefas, como Thabisa descreve em suas próprias palavras: *“minha mãe ensinou minha irmã a roubar. Roubou até dinheiro de mim no banco”*, se referindo ao Benefício de Prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) ajuda de custo que recebe do governo, garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. *“Ela nunca foi, nunca soube criar nós. Eu, minha irmã, nada, fazia isso tudo que eu falei com você”*.

Thabisa me contou que a mãe era muito violenta com os filhos e que, em função disso, alguns irmãos morreram ainda pequenos, *“perdeu o último desse tamanho assim de nove meses. Todos eles foram enterrados lá no cemitério da Vrede, (nome fictício). “E a menininha de nove meses, ela colocou a menina dentro do guarda-roupa. Quebrou o braço, quebrou a perna, ela não aguentou a dor e morreu. Os dois não era bons pais não”*.

Thabisa cresceu e, logo que começou a frequentar a escola, se deparou com situações muito semelhantes ao que ela vivia em casa, na escola também aconteciam as violências, *“nós íamos a escola, a professora batia em nós, pra gente aprender”*. Lembrou de um episódio em que uma colega lhe disse: *“só por engano, quando eu estava na escola eles falavam que eu não tomava banho. Eu estava fazendo o segundo ano, é o curso superior, eles falavam que eu não tomava banho. Até que foi um médico na minha casa e conversou com minha mãe e ela provou que eu tomava banho. Foi só isso que aconteceu mais nada. Foi só por engano, eles disseram”*.

Também me contou que todos a tinham como uma menina bagunceira, *“Eu acabava tudo primeiro e depois ia fazer bagunça”*. Ela sorri enquanto conta, *“eu atrapalhava meus amiguinhos da sala. Eu lembro”*. Abaixa a cabeça e me olha disfarçando o olhar. Escapa um sorriso da menina bagunceira e ela tão logo percebe a minha expressão, levanta a cabeça e diz: *“na escolinha, por causa da cor, a gente era muito discriminado. Porque os meninos brancos não queriam sentar perto da gente. Não queriam sentar perto da gente quando era trabalho de grupo na escolinha”*. E trazendo o sorriso de volta Thabisa diz: *“eu nem ligava não, que eu era espoleta mesmo”*, ela conta dando gargalhadas desta vez. *“Eu fiquei sentida uma vez só que depois disso eu não fiquei sentida mais não”*. Thabisa se descreveu como uma menina

alegre, alegria que fica evidente durante a entrevista, ela também conta sobre um amigo que vivia se gabando, *“em mim a professora não batia só que ela não me deixou usar o banheiro. Olha pra você ver que covardia. Ai! Oh menina, ele tinha 7 anos de idade”*. Outros momentos os colegas iam descalço para a escola, e eram, *“humilhados. Criança de pé no chão não entra. Tá vendo aquele colégio moço? Eu também trabalhei lá. Lá eu quase me arrebento, pus a massa fiz cimento, ajudei a rebocar*. Thabisa continua: *“Más me diz um cidadão, criança de pé no chão aqui não pode estudar”*. *“Belchior, foi por medo de avião, que eu segurei pela primeira vez na sua mão... nanannan”*. A música oferecendo suporte ao absurdo”.

Em uma das diversas vezes que passou por situações de discriminação na escola, Thabisa relata que chegou a comunicar à professora, *“eu falei com a professora. Ai a professora foi e falou que nós éramos tudo amiguinho que era pra ficar um perto do outro”*. Numa destas experiências de violência, em suas palavras, conta como foi agredida: *“fui espancada. Quem me salvou foi minha irmã que enfiou o dedo no nariz (da colega) e arrancou sangue e bateu nela pra caramba”*. Já em outra experiência, ela relata: *“a professora me chamou de negra. Racista! Ela era racista, ela era branca. Mamãe foi lá e deu paulada nela, na professora, bateu nela bastante. E não foi presa [a mãe], é racismo mesmo, nunca mais ela bateu ne mim mais”*.

Os pais de Thabisa se separaram e constituíram outras famílias, ela ficou morando com a mãe, após a morte da mãe, e, posteriormente, a morte do pai, tanto os irmãos por parte de pai como por parte da mãe a abandonaram. Por isso, ela hoje está em situação de rua, *“eu tô morando na rua. Eu fico aqui o dia inteiro. Daqui a pouco eu vou pro abrigo durmo lá, no outro dia 6h da manhã tomo o café e venho pra cá de novo, tem um mês que eu estou na rua direto, estou cansada”*. Thabisa chora por alguns minutos e entre soluços e com a voz engasgada, diz em um tom de desabafo, *“eu só queria um lugar”*.

Finalizando, Thabisa me pede para ajudá-la a procurar um lugar no mundo. Diz que busca diariamente uma vaga no abrigo, espera por alguém para lhe dizer com um doce sorriso nos olhos: Pode entrar! Mas sem sucesso permanece na rua sem encontrar este espaço seguro. O racismo destituiu a pessoa de Thabisa do lugar, desde criança, ela luta por um lugar que abrigue possibilidades outras de existir que não a que tem lhe sido oferecida. Ela continua sem lugar. O espaço que lhe foi oferecido é o de estrangeira, aprisionada em um não lugar, o entre o “pai e a mãe”; entre a “branca e a preta”; entre a rua e o abrigo.

6.2 A menina que queria cair numa mão boa

Orjime é um nome na língua Tiv, que significa "eu tenho um irmão". Orjime foi encontrada na rua dormindo no banco de uma praça e trazida para o CERSAM. Ela disse que fugiu de casa após o pai agredí-la, *"porque ele bebe, ele é alcoólatra. Ele bebe e apronta. Ele aprontava violência comigo, ele chegava bêbado gritando, chutando tudo. Aí eu saí de casa."* Orjime, atualmente, estava morando com o pai, que trabalha com venda de materiais recicláveis.

Ela diz que viu a mãe biológica pela última vez aos 5 anos, quando ela saiu de casa e nunca mais soube notícias dela. Conta que após a separação dos pais, a mãe saiu de casa levando apenas o irmão mais novo, de 2 anos, e deixando-a sob a guarda do pai, ela com 5 anos. Logo depois, Orjime foi adotada por uma família, *"eu fui morar com ela [como ela se refere à mãe adotiva] depois do juizado. Eu fui bem pequenininha, saí, voltei, saí e voltei agora e saí de novo, era uma confusão, ela tinha confusão comigo e tudo sabe, aí, ela me deixou sair, ela falava que eu não era filha dela, porque ela queria me tirar né?"*. Questiona os motivos que levaram a mãe (adotiva) a tirá-la do abrigo, já que com ela não mantinha uma boa relação. Orjime se refere à mãe adotiva como "ela", e diz não ter uma boa relação com a mãe. *"Desde os 5 anos quando eu fui adotada pela primeira vez. Eu só cai em mãos ruins, até agora e por isso eu não paro em lugar nenhum. As pessoas sempre me maltratam"*. Desde a separação dos pais, ela transita entre a casa do pai, as instituições de atenção social e a casa da mãe adotiva. *"Acho que só a mão de Deus mesmo, só Ele vai me dar um lugar"*. Orjime sonha com a mão de Deus lhe trazendo um lugar.

Orjime hoje está de volta ao abrigo e passa o dia no CERSAM. Segue sem perder a esperança de que, em um dia desses, algum familiar procure por ela e a leve para casa. *"Eu estou esperando para cair numa mão boa"*. Orjime é uma mulher negra, tem 22 anos, destituída de qualquer garantia de direito para dar conta da própria vida, continua desejando um lugar de cuidado, *"uma mão boa"* nas palavras dela, que lhe ofereça garantias e possibilidade de erguer a própria vida. Ela conta que, nos dias no CERSAM, costuma ficar nos cantos, calada, *"as pessoas que falam muito acabam sendo xingadas"*. Eu a pergunto se é por esse motivo que ela prefere ficar mais nos cantos em silêncio, ela abaixa a cabeça e diz que *"não"*, abaixando o tom de sua voz, e após um silêncio diz que é só o jeito dela. A cultura do silêncio introjetada. *"Quando falamos nós temos medo de não sermos ouvidas nem bem-vindas. No entanto quando*

estamos em silêncio ainda estamos com medo. Então é melhor não falar” (HOOKS apud AUDRE LORDE, 2021).

Depois de um silêncio, ela volta a direcionar o olhar para mim, me conta que uma vez cortou o cabelo bem curtinho, que as pessoas a discriminaram, dizendo que ela estava parecendo homem, *“até falaram que eu estava igual o meu pai, ficaram tirando sarro da minha cara”*. E tão logo o relato de ter sido discriminada, seguiu falando sobre o desejo de ser cuidada, e se preparando para se levantar da cadeira onde estava sentada, dando sinal da intenção de ir encerrando a conversa, *“tudo que eu quero é cair em uma mão boa”* e mais nada. E Orjime encontra-se fadada à *“vida nua”*, à vulnerabilidade, durante toda a vida, precisou aprender a lidar com duas sensações bastante ruins, a de não pertencer a lugar algum e a do medo de estar ao lado de alguém que partiria a qualquer momento. Ser de passagem, fadada ao esquecimento. Na história de Orjime, as marcas de um abandono emocional que somado à pobreza do pai *“catador de lixo”* se junta ao fato de ser uma mulher preta. O peso de uma herança colonial e da luta por necessidades básicas não deixa espaço para mais nada. Ela persiste acreditando, na esperança de não ser ela também como aquele lixo que o pai segue a catar pela cidade. *“Vou ficar aqui no CERSAM porque o Dr. disse que aqui de repente alguém lembra de mim e vem me buscar”*.

6.3 Ele devia cuidar de nós

Boahinmaa significa aquela que deixou sua comunidade. Mulher negra, 27 anos. No dia em que nos conhecemos, ela me contou que já morou no CERSAM dois anos e quatro meses. *“Agora eu moro na residência, há seis meses que eu estou na residência. Eu tenho meu quarto, hoje eu lavei um tanto de coisa, arrumei meu quarto, eu já morei no Sentrum [nome fictício], uma outra residência terapêutica, depois eu sai de lá e fui pro CERSAM, fiquei dois anos e quatro meses morando lá*. Boahinmaa foi retirada de casa ainda adolescente, de acordo com ela, aos 16 anos, por medida protetiva, após denunciar o abuso do pai a ela e aos irmãos. O corpo *“abjeto”* da mulher sendo alvo da violência sexual. O fato mesmo de ser mulher atrai para ela um tipo de dominação sexual por parte do homem, dominação que se origina nos primórdios da colonização (NASCIMENTO, 2021).

Ela conta que os irmãos continuam morando com a mãe, uma irmã foi morar com a tia, *“ela teve uma filha do meu pai”*, e Boahinmaa foi encaminhada para

instituições, passou por abrigos e hospitais psiquiátricos, até chegar à residência terapêutica. Desde então, nunca mais viu sua família, tem notícias que o pai está preso.

Enquanto conversava com Boahinmaa, ela contou que não é única a ter passado por esta experiência, que muitas das mulheres que conhecia ali na instituição haviam passado por histórias parecidas, haviam sido abusadas, e, naquele dia, uma delas estava ali após ter atentado contra a própria vida. Falou sobre Anele, mulher preta retinta, 25 anos, de aparência marcante, cabelos trançados e um olhar perdido.

Convidei Anele para compartilharmos, sentamos numa sala abaixo daquelas que eu vinha usando para conversar no andar superior, por orientação da equipe, visto que, Anele vinha atentando contra a própria vida. Anele não hesitou em compartilhar comigo sobre si. Ela começou me dizendo sobre sua condição de saúde, *“todo esse meu problema psicológico começou quando eu fui vítima de abuso sexual na infância pelo meu pai. E eu nunca tinha contado isso pra ninguém. Eu nunca falei pra ninguém”*.

Seguindo seu relato, diz que tudo, de fato, começou quando, ao vivenciar uma experiência de rodas de conversa com meninas, o tema abuso ficou muito presente. As histórias compartilhadas nas rodas de conversas com as meninas serviram como gatilho para atualizar um sofrimento que estava há tanto tempo silenciado. O abuso é uma lembrança atemporal, provoca tantas lembranças traumáticas que se misturam com atitudes difíceis de se livrar. Ainda que tenha acontecido há muitos anos antes, permanece vivo, no aqui-agora (DAVIS, 2022). Então, *“eu cai na depressão profunda. Eu não saía de casa, eu queria ficar distante das pessoas, eu queria morrer de toda forma. Ai eu tentei auto extermínio, daí que eu vim parar aqui”*.

Anele, assim como Boahinmaa, foram abusadas durante alguns anos da infância. Anele conta que os abusos físicos só pararam quando ela começou a entender que aquilo não era correto e começou a fugir do pai, já aos 14 anos de idade, mas as perseguições persistiram junto ao silêncio. Este é o único momento em que o homem preto se equipara em igualdade ao homem branco, no machismo, na apropriação e na objetificação do corpo feminino. Uma herança colonial que se perpetua até os dias atuais. Onde há abuso, o amor fracassou. O amor é o que o amor faz, e é nossa responsabilidade oferecer amor às crianças, reconhecendo que elas não são objetos e têm direitos a serem garantidos (HOOKS, 2022).

Anele tinha medo de contar para mãe, Boahinmaa não disse como a mãe reagiu frente à denúncia do abuso do pai, no entanto, é possível concluir que a mãe não pode impedir que a filha fosse retirada do seio familiar. Para Anele, revelar os atos do pai não foi algo tão fácil, *“Foi muito difícil, quando eu resolvi contar. Foi muito difícil porque eu sabia que ia ser uma dor muito grande para minha mãe ne”*. A cultura do silêncio e a culpa, muitas vezes, impedem que as vítimas denunciem os agressores e busquem ajuda. A culpa é o fruto deste lugar de quem viveu relações em que não pode expressar a sua raiva e, conseqüentemente, a reprime para si, assim, a torna uma violência crônica contra si mesma, dada a culpa, como forma de punição.

Anele chora muito, uns quinze minutos se passa, um silêncio toma conta do ambiente, que é interrompido pela sua fala trêmula, *“eu me sinto muito mal, acho que eu nunca mais vou conseguir nada na vida por causa disso. Ontem quando a minha mãe me levou para o Hospital eu falei pra minha mãe que o maior medo que eu tenho é de ficar doida de vez. Porque em vista de muitos que tem aqui eu acho que eu ainda tenho um pouco de lucidez”*.

Anele chora mais uma vez e, entre soluços diz: *“Se eu ficar doida de verdade? Ai que eu não vou ser ninguém mesmo. Já sou gorda, já sou preta, já sou pobre e ainda doida? Não tem lugar mais pra mim nesse mundo!* Se referindo a um mundo onde o racismo, a gordofobia, a homofobia, questões de gênero e abusos são formas de opressão entrelaçadas, que a marginaliza, que afeta negativamente sua autoestima e saúde,

O choro de Anele se mistura às palavras, uma voz engasgada se esforça para continuar a verbalizar o silêncio que a tanto lhe habita *“não tem”*. Anele chora, é também o choro de tantas crianças e mulheres silenciadas frente às violências domésticas cometidas no ambiente familiar. *“Um silêncio muito grande dentro ao redor, onde nem os passarinhos cantavam, nem o vento piava, nem as ondas batiam. Nada, nada, nada”* (GONÇALVES, 2022, p. 136).

Anele continua, as violências não param, elas interseccionam em violências outras, *“eu sou totalmente fora do padrão, sou todas as minorias! Sou pobre, negra, gorda. Então eu sempre sofri preconceito”*. Entre soluços ela deixa escapar: *“o que eu mais escuto das pessoas e o que me dá mais raiva é a pessoa falando assim: nossa quando você fizer bariátrica você vai ficar muito linda, aí você vai ficar muito mais ágil, você vai conseguir emprego, você vai conseguir namorado se você quiser trocar de namorado. Tipo assim, como se a gente fosse só matéria sabe, as pessoas não*

conseguem ver o que a gente é por dentro. Acha que isso daqui é que tem importância”.

Fazem do corpo negro e da raça versões de uma mesma figura, o da loucura codificada (MBEMBE; LISBOA 2017).

Anele aponta para o corpo esboçando raiva e transborda mais uma vez em lágrimas, *“e tudo isso faz a gente adoecer, que a gente vai pensando poxa eu não sou nada, eu não sou ninguém eu sou só matéria. Matéria que foi usada quando criança, matéria foi discriminada na escola, matéria que só serviu durante um tempo no emprego, quando foi pra efetivar não rolou por causa da minha cor”.*

Anele se pergunta quando é que vai ser suficiente, diz nunca ser o bastante para o racismo. Sobre racismo? Anele diz não ter palavras para descrever o que é, na tentativa de fazê-lo, ela diz: *“É a coisa mais cruel que existe é o racismo, você discriminar uma pessoa por causa da cor da pele dela. É uma coisa que é vivo assim, em todos os lugares a gente sofre racismo”.* E após alguns minutos de silêncio, pausa para ganhar fôlego ela continua, *“até dentro de um shopping, quando você entra dentro de um shopping, eu não sei se você já viveu ou já ouviu relatos de pessoas que entraram dentro de um shopping e não foram atendidas por causa da cor de pele”.* Respira fundo, *“por causa da roupa que a gente está vestida”.*

Ela conta que gosta de frequentar o CERSAM, pois ali ela se sente mais compreendida em seu sofrimento, referindo-se ao fato de em outros ambientes que não o de uma instituição de saúde mental, as pessoas atribuírem a sua condição de saúde mental como falta de Deus ou frescura: *“porque nos outros lugares a gente é discriminado. As pessoas acham que a gente tá com frescura, que a gente tá com falta de Deus, que a gente precisa procurar uma igreja, e aqui é bem agnóstico assim por dizer. Todo mundo aqui acredita em Deus, mas ninguém impõem religião a ninguém. Ai por isso que eu gosto de vir aqui”.*

Voltando ao pai, Anele disse que ainda o vê e tem com ele uma relação de amor e ódio. Segundo ela, é difícil assumir diante das pessoas que ainda ama o pai, *“mas eu amo ele, sabe. Eu sinto falta dele. Mas ao mesmo momento eu sinto ódio porque ele fez isso comigo. Por ele ter acabado comigo desse jeito. Ele destruiu o amor que eu sentia por ele, e isso é muito difícil pra mim, porque esse sentimento que não dá pra entender, fica muito confuso na minha cabeça”.*

Anele, também me contou sobre ter sido discriminada em uma empresa onde trabalhou, *“lá era todo mundo branquinho, branquinho”,* uma representação do

racismo institucional. *“Eu era a única negra. Só que eu sempre confiei no meu trabalho e eu já tinha experiência, porque eu já tinha trabalhado como estagiária lá”*. Anele diz que já tinha experiência no trabalho que realizava, *“tanto que mesmo o seu contrato sendo temporário ela era responsável geral por todo mundo. Eram vinte pessoas que iam ser efetivadas”*. Porém, o perfil da empresa era *“todo mundo branco, classe média alta, assim eu era a, eu me sentia o patinho feio na empresa”*. O racismo existe dentro das instituições por meio de suas regras, normas de funcionamento e das relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas. Ele se manifesta de forma tão natural e silenciosa que nem é percebido como tal, principalmente quando não gera danos físicos (SAFATLE; JÚNIOR; DUNKER, 2021).

Anele sorri diante da absurda situação de discriminação, desculpe é impossível não dizer que é um absurdo o fato de *“todas as pessoas foram contratadas, só eu que não. Só por causa da minha cor de pele e por causa da minha condição social, porque eu sabia que eu desempenhava o serviço bem melhor do que as outras pessoas, tanto é que eu era responsável. Quando tinha pepino era atrás de mim que eles corriam pra resolver. E eu não fui contratada! Nó nessa época eu fiquei muito mal, muito mal, mal mesmo. Porque eu senti o preconceito na pele”*.

Demonstrando sua indignação, declara que não acreditava que estas situações aconteciam de fato, ela achava que era coisa de *“televisão. Enquanto a gente não sente na pele, o preconceito, a gente não vê”*. E encerrando a conversa, Anele agradece por ter falado sobre tantas dores que lhe atravessam a carne, assim mesmo ela se referiu a sua dor, *“tudo isso me atravessa a carne”*. E continuando, Anele me pede um abraço e, abraçada a mim, diz que não tem espaço para sentir e falar dessas coisas e, por isso, me agradece. Anele fala de sua dor, como tem falado por meio do seu adoecer, ela só precisa que alguém se prontifique a dar um espaço para escutá-la. Com esperança, ela diz que espera ter contribuído para que alguma coisa mude de fato.

6.4 Eu sou Jambo amarelo, quase branco

Bongani significa aquele que canta alegremente, homem, de cor preta retinta, de estatura pequena, 57 anos, embora pareça um menino. Destacava-se entre todos que estavam presentes na manhã em que conversarmos, não apenas pela sua pele preta retinta, mas, também, por seus movimentos lentos, encurvado e seu olhar

perdido. Quando caminhei em sua direção, ele já estava a minha espera e se levantou fazendo um esforço para equilibrar o corpo franzino, enquanto estendia a mão em minha direção. Sem dizer uma palavra e um olhar triste.

Aceitando o convite para compartilharmos, Bongani inicia contando que mora com três irmãos, e que, após a morte da mãe, os irmãos é que cuidam dele. Me contou chorando, quando teve depressão, que *“eu tinha medo de sair na rua, eu era inútil”*. Eu pergunto a ele sobre o motivo da depressão, se aconteceu algo para ele ter passado por um processo de depressão, ele diz não saber e começa a cantarolar e a sussurrar. O que foi impossível escutar.

Bongani se descreve como “Jambo amarelo”, demonstrando, ao verbalizar com um tom de voz alto e sonoro, a presença de uma dor crescente e a expressão de uma raiva que, com certeza, rompia como uma força no corpo que, há poucos minutos, se mostrava evitativo. Tamanha força acompanhada da tentativa de afirmar sua autodeclaração racial, *“eu sou jambo amarelo, eu sou amarelo? Eu não sou negro, né? “Eu não sou jambo? Eu sou quase jambo amarelo. Eu sou amarelo, eu não sou? Jambo não, eu sou quase amarelo? Se eu passar maquiagem eu fico amarelo. Eu sou quase amarelo”*. O corpo de Bongani, antes apático, insiste, seguindo os próprios impulsos, estufando o peito ele questiona-me várias vezes, eu sou amarelo? E segue, *“meu pai é preto mulato e minha mãe é amarela. Minha mãe é loira, minha mãe era branca. Ela era lavadeira. Então eu sou amarelo, não sou? E cantarolando, Bongani: “lava roupa todo dia, é a maria, mas, sou eu (nananana) eu queria (nananana) até sonhar de madrugada”*.

Com seu jeito musical de ser único, na letra de Luiz Melodia, ele fala sobre a mãe. Ele parece amenizar a dor, assim, busca tentar dividir a dor sem parecer olhar para ela. Ele, logo em seguida, diz que sua mãe era branca, seus irmãos um pouco mais claros e o pai preto retinto como ele. Bongani relata sobre o pai lhe ensinar a se reconhecer como moreno e não negro. No entanto, a mãe nos momentos de raiva se dirigia a ele com ofensas, *“seu macaco!”*. A trajetória de Bongani é de ser rejeitado por sua gente. O seu retrato não é o do pai, mas também não é o da mãe, aos poucos se tornou outro, amarelo, jambo, quase amarelo. Acreditando na história dos colonizadores, o fato de ter uma mãe branca o torna amarelo, jambo amarelo, isso parece lhe conferir alguma dignidade.

O discurso internalizado pela criança negra tem o branco como padrão de beleza, inteligência e sucesso. Ironicamente, o mito da identidade nacional brasileira

operou por intermédio do apagamento da raça para construir uma filosofia, a saber, a da democracia racial, em que ser brasileiro substitui outras identidades. Em essência, apagar a categoria política de raça, eliminou a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que afetam a vida das pessoas pretas. Esse apagamento abre brechas permissivas a práticas discriminatórias (COLLINS; BORGES, 2021). “[...] *meu pai não gostava que a gente falava que ele era negro. Negro, ele era negro. eu sou jambo amarelo*”. Uma mentira bem arquitetada, contada e recontada, denominada “Democracia racial”, que mais é um plano de extermínio.

Com seu jeito musical, entre cantaroladas e batucadas, ele foi pouco a pouco me convidando a conhecer sua história. Relata ter tido uma boa infância, “*minha infância foi maravilhosa, eu brincava demais, morava com meu pai e minha mãe. O pai? Se referindo ao pai ele diz, “montava em mim e nos meus irmãos. Tcha...tcha...tcha...”* (gestos imitando chicotada), enquanto o corpo acompanha a fala nos movimentos dos braços, a expressão da violência do pai, “*ele batia, deu coágulo na minha cabeça, tive hemorragia cerebral, cabeçudo*”, referindo-se à forma que o pai se dirigia a ele. Então, “*eu falei assim, oh! Papai, o senhor é cachaceiro, mas*”, abaixando a cabeça Bongani resmunga e, imediatamente, uma música ecoa como suporte à dor que de tempos em tempos aparece, quando a palavra lhe falta, “*eu não sou cachaceiro, cachaceiro eu não sou, cachaceiro é quem fabrica pinga*”. Perguntei o motivo do pai lhe bater e ele: “*batia, por quê? [...] o nanico, vai crescer nanico. É porque eu sou pequeno*”.

Seus pais se separaram e a mãe teve que sozinha, dar conta de criar os filhos, o pai ajudava com uma pequena contribuição, mas que, ainda assim, não impediu que ele fosse para escola descalço: “*eu ia pra escola descalço, porque meu pai não dava calçado. E aí me discriminavam né. Eh! Eh! Descalço, descalço, descalço, descalço, descalço, descalço, descalço*”. Bongani repete várias vezes o que pareceu ser uma gozação de outras criança, e Bongani grita, um grito de protesto, um grito por justiça que ecoa por todo o ambiente: “*ahhhhhhhhhhhhh!*” Desabafo! Silêncio!

A negritude e a pobreza formam um combo brutal e invisível (DAVIS, 2022). Nesse combo há um grito, o grito de Bongani, um desejo, uma música vem em socorro a dor, “*eu só queria ser feliz*” e a música, um recurso, mais uma vez, vem compor uma fala: “*eu só quero é ser feliz, e andar tranquilamente na favela em que eu nasci, [...] eu nasci na favela da Amarante, puxa faca. Eu era bem recebido. Eu namorava tudinho, garanhão!*”

Bongani conta que ele era uma cara raçudo, “*eu batia porque eles me discriminavam. O duro é que...*”, interrompe a sua fala e resmunga algo para si, somente para si, de tempos em tempos na sacralidade da própria existência um silêncio e, logo em seguida, faz um pedido: “*o destino me perdoa eu, eu era filho do Maiké Tayson, eu sou... tem ciúme demais de mim*”. A música vem dar corpo ao indizível: “*ciúmes, ciúmes de você*”. Entre o indizível e o dizível, Bongani solta em tom alto e sonoro: “*Oh negro! Você é negro fedido. As patricinhas, eu dou desprezo, eu dou desprezo. As pessoas me discriminam, tão me discriminando pessoas*”.

Em relação às experiências de discriminação ele responde: “*eu me garanto, porque eu sou filho de loira, meu pai é preto mulato com loira. Minha mãe é loira*”. Em seguida, conta que não existe racismo: “[...] *racismo, eu não racismo, não tem racismo. Racismo em mim? Que racismo tem ne mim? Eu não sou racista. Não tem racismo não. Preto, mulato meu pai foi pegado no laço. Preto mulato é pegado no laço, não é? Né isso? Então é pegado no laço, eu sou filho de loira. Racismo em mim pra que, pra que racismo em mim? Não tem racismo em mim, não é?*”.

Alterando a voz, expressando querer levantar da cadeira, gesticulando com o corpo, demonstrando raiva em relação à questão do racismo, desta vez não houve música que oferecesse suporte possível para verbalizar sobre o racismo. E Bongani chora, e abaixando a cabeça diz: “*existe o racismo [pausa] o racismo adoecer*”.

Bongani morava com a família, mãe e irmãos, até que aos 21 anos, quando adoeceu, “*com problema de língua*”, como ele mesmo descreve, e foi encaminhado para o CERSAM. “*De tanto trabalhar, eu trabalhei muito. Eu nunca parei de trabalhar. Eu trabalho até hoje, eu nunca parei de trabalhar não. Eu sou vendedor profissional. Quando eu tive depressão, eu tinha medo de sair na rua, eu era inútil*”.

Fala também de uma briga com seu irmão Mané [nome fictício]: “*noiado, meu irmão. Eu soquei a cara dele, derrubei ele, eu fiquei com muita raiva*”. Bongani foi encaminhado para um hospital psiquiátrico com a ajuda do irmão e pela companheira, mãe de seu filho. “[...] *eu ia para o Galba Veloso, nem o Galba me quiz não*”, e resmunga para si mesmo o que foi impossível escutar, mas pude intuir que as palavras entre dentes tinham um tom de indignação, “*um querendo furar o olho do outro, ela me levou para o Galba*”, se referindo à mulher e repetindo as palavras do filho: “*o meu filho falou: o papai espera aí você tá doido não*”. Bongani chora e nem música, nem palavras. Desta vez, o corpo convoca a se retirar. Finalizamos assim, um silêncio que nos diz muito.

6.5 Meritocracia: se a gente se esforçar a gente consegue

Ojo significa uma entrega difícil, ela tem 65 anos, é uma mulher retinta, que se autodeclara negra, única entre os participantes com formação em nível superior. Ojo relatou ser órfã. Foi adotada por uma família negra. Atualmente, mora com a mãe adotiva e mais um irmão, *“eu falei que é meu irmão, mas eu não o considero como irmão não. Ele entrou por último, ele entrou uns cinco anos só” [...] quando ele fala que é irmão eu falo que é*. Ojo comenta que não tem uma boa relação com o irmão, e que, além dele, a mãe tem mais dois filhos, todos homens, sendo ela a única mulher.

Ela conta que foi adotada ainda bebê, porém, nunca soube da sua história. A mãe apenas contou que a adotou, *“ninguém nunca me explicou essa história direito”*. Diz que teve uma infância boa: *“minha infância foi muito boa, foi muito boa. Eu jogava bem ‘altas’, eu jogava vôlei muito bem, e dama muito bem. Eu comecei a pintar na infância, desenhar”*. O pai de Ojo faleceu quando ela tinha 18 anos: *“eu acho que a minha insônia se deve ao fato de ter perdido meu pai cedo. Meu pai, eu era louca por ele”*. Ojo Chora. *“Ele cuidou muito de mim e perder ele me afetou muito no sono, foi a partir daí que eu parei de dormir”*. E foi em função desta perda que Ojo precisou fazer acompanhamento psiquiátrico: *“quem me indicou o CERSAM foi o meu psiquiatra. Foi, ele falou que aqui eu poderia tratar, eu poderia passar o dia inteiro e passar por psicólogos e ele é psiquiatra só. Conversar com mais gente. Pra eu me entender melhor com as pessoas, fazer novas amizades, eu não tenho nenhum amigo”*.

Ojo já está há um ano e meio inserida como usuária dos serviços de saúde mental, e diz que se sente bem. No entanto, ressalta dificuldade no relacionamento com o médico (psiquiatra responsável por lhe acompanhar na instituição de atenção), *“o Dr. Onófre (nome fictício), ele, eu não consegui me entrosar bem com ele. Porque ele falava das coisas que não existiam comigo. Falava que eu agredia minha mãe que eu batia nela, que eu era muito revoltada, que eu era muito estúpida, ignorante, que eu não estudei, que eu comprei meu diploma. Só coisa ruim, aí eu não sei porque que ele falava isso. Estudei sim, fiz curso superior, ciências contábeis”*. Ela afirma ter concluído seu curso por uma universidade federal. *“Eu formei”*, fala com uma expressão de indignação, de quem não compreende o motivo pelo Dr. Onofre a tratar assim.

E fala também sobre a sua atuação profissional, alegando que não era remunerada corretamente pelos seus serviços: *“Depois que eu comecei a trabalhar as pessoas pararam de me pagar, como contadora, não quiseram pagar. Porque contabilidade dá muito trabalho e eles não dão valor. Não pagavam direito, pagavam do jeito que queriam então por isso”*.

Conversamos também sobre discriminação, e Ojo relatou sobre ter sido separada do grupo da escola superior: *“[...] olha, eles me separaram do grupo da escola superior. Eu fui discriminada, mas eu me dei bem porque só eu que consegui passar no objetivo de conseguir formar. Os outros todos ficaram pelo meio do caminho, eles não conseguiram alcançar o objetivo que era ser, ter o curso superior. É isso”*.

Sobre racismo, ela diz que *“[...] o racismo não existe, o que existe é competição, desigualdade humana e parâmetros diferentes de pensar, existe o bem e o mau. Só, mais nada. O racismo é pura ideologia, isso afasta as pessoas, o preconceito. Porque todos são seres humanos normais. Todos são justos e honestos, todos podem trabalhar e ter a profissão que quiserem, ganhar o dinheirinho que precisa pra sobreviver com dignidade, todas as pessoas são iguais. Não, é porque as negras são de origem mais humilde, moram em barracão de aluguel, tiveram pessoas doentes dentro de casa”*.

A situação colonial produz dois tipos de pessoas: o colonizador e o colonizado, e o que os diferencia é não apenas a cor da pele, mas também o discurso (OYEWUMI, 2021).

Ojo abaixa a cabeça e fica em silêncio por alguns minutos, ao que parece se lembrar de alguém, e segue dizendo: *“muito doentes que tiveram que cuidar dessas pessoas. Essas pessoas sobreviveram. Foi um instinto de sobrevivência forte”*. Eu a pergunto se ela se lembrou de alguém quando abaixou a cabeça. Ela fez sinal de positivo e disse que tem saudades do pai. E o silêncio a envolve por algum tempo.

Todos os seres humanos são normais, diz Ojo, uma vez que *“todos são justos e honestos, todos podem trabalhar e ter a profissão que quiserem, ganhar o dinheirinho que precisa pra sobreviver com dignidade. Todas as pessoas são iguais”*. Em termos de garantia de direitos, *“todas as pessoas têm direito à moradia: tem pobre, ruim, mais ou menos, intermediário, mais tem, mais uma boa parte de bom coração e acredita”*, se referindo ao fato de as pessoas acreditarem que se elas se esforçarem elas conseguem. Essa noção de que as pessoas em posições de desigualdade ou de

impotência são de alguma forma capazes de transcender à exploração, à opressão e às circunstâncias injustas é uma fantasia (HOOKS, 2021).

De acordo com ela, *“a estatística mundial diz que as pessoas negras têm condições de se equivaler as pessoas brancas naturalmente. Que não precisa ter medo de trabalhar que vence na vida, consegue vencer na vida igualmente. As pessoas negras têm que superar os obstáculos”*. E para que de fato as pessoas negras consigam alcançar a igualdade, atribui ao Estado uma responsabilidade, a garantia de educação para que efetivamente elas mesmas possam fazer por si, *“o Estado só é com a educação, mais nada. Começa com o âmbito familiar que forma e ajuda a pessoa seguir na vida. Eu acho que esse é o caminho que quem escolheu não foi a gente. Quem escolhe é a natureza divina: Deus. As pessoas procuram um ideal de vida, aos poucos ela se relacionam de grau de natureza mais nível que eles espiritualmente, vão chegando ao consenso que todo mundo caminha na verdade. E viver com discrição, com dignidade por toda a eternidade”*.

Para Nascimento (2021), no discurso do povo escravizado, ainda hoje, impera um ideal estético do branco, proposto pelo colonizador. O discurso do colonizador passa a compor a própria forma de vida, naturalizando as violências cotidianas impostas pelas desigualdades que o racismo lhes impõe. O racismo desempenha um papel fundamental na internalização da superioridade do colonizador pelo colonizado (GONZALEZ, 1988). Ojo tornou-se sua própria inimiga, assumindo o discurso do colonizador como regras de vida. Trabalhe duro! Tire boas notas! Comporte-se! Fique longe de confusão! Há no discurso dos educadores uma expressiva de perfeccionismo, mas, sem considerar o bem-estar emocional da criança. São constantemente incentivadas a um desempenho, e quando se trata de uma barriga vazia, pés descalços, vítimas de traumas, ninguém providencia as ferramentas para que estas possam se sair melhor, para construir a vida. Atribuem a elas, individualmente, a responsabilidade pelo seu processo (DAVIS, 2022).

O racismo é tão naturalizado que passa despercebido; a linguagem é carregada de valores sociais, por isso, uma postura antirracista exige uma crítica sobre a linguagem, deixando de lado as expressões racistas (RIBEIRO, 2019).

Ojo finaliza dizendo que não tem mais nada a dizer, e com um jeito firme, sem expressar qualquer familiaridade e possibilidade de vínculo, ela se levanta e sai, como quem deu o recado e cumpriu o papel de estar ali, me deixando em silêncio sem mesmo me dar oportunidade de algum gesto de adeus ou mesmo agradecer.

6.6 Sou formada de remédios

Adiagha significa a primeira filha da família, mulher negra de pele clara, 49 anos, ela é a primeira neta da linhagem paterna. Contou-me que na infância as outras crianças a chamavam de *“loira do cemitério, pela cor do meu cabelo. É meu cabelo é dessa cor. Eu nunca tingi ele. Sim olha, eu pinte de castanho, mas aí ficou avermelhado. Não pegou que meu cabelo é muito loiro. Aí não pegou e ficou aquele vermelhadão eu esperei tudo caído, aí ficou grandão e até crescer, então eu cortei e curtinho igual homem. Pra pegar a cor normal de novo. Meu pai é preto, minha mãe é branca, então por isso eu fiquei assim, preta do cabelo loiro. Lá em casa cada um é de uma cor. Eles me chamavam de doidinha. Eu sei que eu tenho uma palavra doidinha, tipo assim, racismo. Mas não é racismo, é que a pessoa não sabe conversar comigo, mas se eu conversar com ela, minha filha, a gente vê a pele da cara da gente. Eu não sei, sabe quando a gente não conhece nada do outro lado do espelho? Então é isso.*

Adhiagá não conhece o outro lado do espelho como uma imagem semelhante à sua, o outro lado é branco e não lhe permite reconhecer-se nele. Ela conta sobre a forma de educar dos pais: *“o meu pai ele não ensinava a gente, não educava a gente, só dava presente, não eduque meus filhos não, deixe eles bater a cara onde for, mas eu não quero educar meus filhos, eu não educo, eu disse simplesmente eles querem que eles vão sozinho lá onde tem que se ferrar mesmo. Tanto que eles inventam as coisas onde ninguém conhece. [...] Ele falava pra minha mãe deixar a gente viver do jeito que a gente quisesse. Enquanto eu estivesse debaixo do teto dela tem que ser do jeito dela”.*

Conta que sua mãe era uma mulher forte e brava. Adiagha também descreve sobre sua decisão de fazer as coisas sempre certas: *“decidi que eu não quero fazer coisa errada porque quando a gente faz coisa errada aí acontece coisa ruim com a gente. É só um trisquinho só de errado. É só um vidro quebrado, mas só uma listra em pontinho. Você tenta não fazer nada errado”.* A internalização da educação punitiva.

Na escola, relatou sobre algumas experiências com o professor: *“[...] ele me provocava, provocava. Aí todo mundo provocava também. Aí ele vai lá, pega o caderno joga assim na frente assim aquele barulhão, nossa precisa fazer isso? Precisa virar essa vizinha pro meu lado? Aí eu falei assim: não que letra feia professor*

faz uma mais bonita, aí ele foi lá escreveu no meu caderno, você é arrogante. Aí eu falei assim: eu sou arrogante porque o senhor está fazendo arrogância. Aí ele falou assim: não estou fazendo arrogância com você. Uma hora você vai ver a sua vez. Então eu já sou uma farmácia de remédio por isso que eu falo isso, só não, e não olho, até porque já acostumei a dar na minha cara mesmo e não chorar, também porque é bobeira, não adianta”.

Adiagha disse que tudo começou do nada, se referindo a quando foi que precisou de tratamento para saúde mental, “foi do nada, aí eu estou falando um pouco com voz, de remédio, você vê vulto, aí você desconhece, as pessoas não entendem. Ela conta que não gosta de ir ao posto e, caso volte a hora que der, está bom. “A minha mãe até sabe. Hoje a doutora Amanda armou, ela e minha mãe veio aqui, minha irmã conversou com a doutora Amanda e eles marcaram pra mim detonar. É o Haldol, somente o Haldol. Eu vou ficar até uma semana aqui pra mim ver se o Haldol dá certo, se der certo eu vou indo lá e vai voltando tomando a vacina aqui, dormidinha, descansa, no passeio vai e vem, anda de um lado e de outro e vai passar. Aí passou, aí passou, vai lá passou, ando pra lá e pra cá, onde tem jeito de andar eu ando”.

Se referindo ao local onde permanece no dia após tomar a medicação, um espaço pequeno, mais ou menos uns 35 metros quadrados, onde todos andam de um lado e outro. “Eu já sou formada em remédio assim, de tanto tomar remédio desde dois mil e quinze, eu comecei a tomar o Haldol e o Criterosina. Então, eu sou feita de remédio. A minha irmã adotiva é quem tem problema de saúde, não toma mais remédio porque ela decidiu não tomar. É porque eu fui feita de remédio, começou em 95. Nasci em setenta e seis, comecei noventa e cinco os problemas.

Adiagha também fala sobre as reações adversas do remédio: “aí depois ela (a médica) começou a ver que ele estava me dando ânsia de vômito, mas não é ânsia de vômito, é o remédio e que está fazendo efeito. Então agora está fazendo só o Haldol. Porque está passando a hora de eu ir. Então eu estou virando farmácia está me dando muito remédio. Me deu remédio até que não podia. E aí até cair assim pro lado. Cai assim. Uai antes eu tomava Clonazapina e não ficava assim. Aí eu comecei a chorar por causa da liberdade né? Eu queria a liberdade.

Na narrativa de Adiagha, quanto à denúncia da medicalização, se para os profissionais ela é vista enquanto uma estratégia rápida e eficiente, para Adiagha, ela tem a faceta de um dispositivo de controle do sujeito em adoecimento psíquico.

6.7 Conversa para boi dormir

A expressão popular “isso é conversa para boi dormir” pode ser utilizada quando se diz que alguém está de conversa mole, de lero-lero, desculpa esfarrapada ou mentira contada com a intenção de enganar alguém, ditado aqui nomeando a história de Lember, que narro a seguir.

O Lember significa uma entre tantos, uma voz que se ergue, ela é uma mulher cisgênero, 39 anos, solteira, autodeclarada parda, classe social definida como pessoa em situação de rua, concluiu o ensino médio em escola pública. Durante a entrevista, foi necessário repetir as informações sobre a pesquisa várias vezes para que ela pudesse compreender. Foi lhe informado sobre o objetivo da pesquisa, sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento, sobre a necessidade de ela assinar o termo, o qual ela se negou a assinar, “*eu não gostaria de assinar a pesquisa não*”, demonstrando uma dificuldade em ter credibilidade pelo que lhe era solicitado. Entretanto, Lember alegou o seu interesse de participar da pesquisa, “*de participar sim*”, da pesquisa, porém, “*assinar o documento não. Assinatura é muito sério! Diz Lember: “a gente assina uma coisa, depois a gente vê, a gente tá assinando uma coisa que a gente nem tá sabendo o que que é. E depois as coisas viram contra a gente”*”. E após algumas explicações, Lember concordou em participar da pesquisa, dando o consentimento verbal.

Quando a Lember diz, assinatura é muito sério, talvez fosse necessário ter explorado melhor esse dizer, mas muitas pessoas marginalizadas foram e são enganadas pelo estilo de vida colonial moderno, desde a imposição do sistema mundo moderno com a criação dos estados nacionais. Não é possível para pessoas pretas, por exemplo, resistentes à colonização e à colonialidade, confiarem em contratualidades realizadas por assinaturas.

Lember não hesitou em dizer algumas coisas sobre ela: “*eu moro na rua e venho aqui uma vez por semana, venho aqui para tomar medicação*” e concluiu a entrevista em 20 minutos, distribuídos entre os questionamentos iniciais e um questionamento final: “*vocês só fazem perguntas beneficiando só vocês, beneficiando o lado de vocês, perguntando o lado de vocês. Pra vocês saberem o que que tá acontecendo com a vida da gente. Essa história com a gente, vocês querem entrar na vida da gente*”. E com esta frase Lember se levanta e sai.

As palavras de Lember denunciam que o uso da ciência, como ela tem vivenciado, lhe representa um risco. Postura que explica o seu processo de resistência aos instrumentos coloniais de contraturalidade. Nos quilombos e nas aldeias os modos de vida não precisam de assinaturas para que nada aconteça e nem para garantir qualquer veracidade, os contratos são feitos pela palavra e pelos modos de vida circular (SANTOS, 2023).

Lember, embora encarcerada dos seus direitos, não está passiva, ela questiona o lugar do pesquisador, assim como, conseqüentemente, denuncia que o processo de construção do conhecimento, a ciência não é neutra, a ciência da qual estamos nos referindo está intrinsecamente ligada ao poder e à autoridade racial (KILOMBA, 2019). Lember quis participar da pesquisa, se negou a assinar, se negou a fazer uso da escrita, o que lhe importou neste momento foi exercer o seu direito de voz para fazer uma denúncia que, conforme Kilomba (2019), ganha acolhimento para denunciar que nesse espaço de construção de saber, ela, assim como os outros, têm sido descritos, classificados e desumanizados. Um espaço que embora pregue a neutralidade, é composto por discursos estéticos e culturais, predominante, brancos.

7 REFLEXÕES

Existe uma realidade que não pode ser capturada pelo discurso racional, as “narrevivências” apresentadas anteriormente são um composto de vozes que ajudaram a compor um corpo de dores únicas e individuais, mas que, também, são dores de todos os envolvidos na produção deste estudo. Tais discursos formaram um coletivo de narrativas que, aqui, ecoa em nome de tantos outros, atravessados pelas violências cotidianas que o racismo estrutural lhes impõe.

7.1 Reflexões das Narrevivências

As narrevivências aqui descritas são trajetórias de vidas, não apenas dos participantes deste estudo. Aqui a frase “qualquer semelhança é mera coincidência” não se aplica, pelo contrário, as vozes que aqui ecoam são as vozes de muitos brasileiros — expostos a realidades marcadas por violências, pobreza e negligências, racismo, discriminação e preconceitos — que, conseqüentemente, compõem realidades psíquicas fragmentadas (KILOMBA, 2019). São vozes de pessoas vulneráveis a um mundo que não se organizou para tratá-los como seres humanos e como “iguais” (NASCIMENTO, 2016).

Tais indivíduos permanecem à margem, flutuando no limbo, onde os efeitos de um passado colonial escravocrata se atualizam diariamente, se desdobrando e coexistindo, diariamente nos espaços que a vida acontece, tais como nos ambientes familiares, na escola, nas ruas, nas instituições de trabalho, ou nos espaços de cuidado e atenção.

Diante das narrevivências, é imprescindível a compreensão de que o trauma de pessoas negras não provém apenas de elementos de base familiar disfuncional, mas do contato com a violenta barbárie do ambiente social branco, que coloca a pessoa negra no lugar do estranho, diferente. Para Hooks (2021), a disfunção no âmbito familiar e a disfunção pública são sancionadas pelo Estado, uma vez que o poder patriarcal que determina a esfera pública do Estado reflete na estrutura doméstica e nos valores familiares.

Depois da família, a escola foi descrita pelos participantes como outro espaço de socialização, demarcado por desigualdade e discriminação. A escola é um espaço branco, nela a criança preta encontra um mundo que não é semelhante ao seu, cujas

formas de adaptação são as primeiras formas de violência cotidiana. A educação passa a ser base de perpetuação da discriminação. Ainda que haja gentileza, a estrutura de ensino perpetua o mundo europeu como referência de ensino (RIBEIRO, 2019; FANON; SILVEIRA, 2008).

Demonstrar que o racismo transcende a ordem individual para o institucional nos leva a entender que a família é uma instituição e, como tal — assim como a escola e os outros espaços institucionais — são a materialização de uma estrutura social, na medida que elas estão vinculadas a uma ordem social que ela visa a resguardar. Ela tem uma atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente, a saber o colonialismo, sendo o racismo parte desta mesma estrutura (ALMEIDA, 2021).

O racismo e colonialismo coincidem e incorporam uma cronologia atemporal. O racismo está presente no cotidiano (GONZALEZ; HASENBALG 2022; KILOMBA, 2019). Ele não é um evento isolado, mas um acumular de episódios que reproduzem o trauma de uma história colonial coletiva, e que deve ser visto e revisitado não apenas como reencenação de um passado colonial, mas, também, como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada (KILOMBA, 2019). Um genocídio lento e cruel a quem já nasceu condenado pela cor da pele, “o problema não é a cor, mas seu uso como justificativo para segregar e oprimir” (RIBEIRO, 2019, p. 12).

Tal realidade é causadora de feridas psicológicas profundas na mente da pessoa negra, que gera auto ódio e alienação. Essa alienação é resultado de um sistema que desumaniza e inferioriza o negro, tornando-o objeto do olhar do outro, sempre em busca de sua aprovação (FANON; SILVEIRA, 2008). “No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial” (KILOMBA, 2019, p. 28). A supremacia branca moldou o psicológico de pretos e brancos, corrompendo-os e reprimindo-os. Politicamente, o pensamento supremacista branco foi criado com o propósito de servir aos interesses da branquitude (HOOKS, 2021; 2022; BENTO, 2022). Ele opera por um discurso padrão, estabelecido pela ideologia do branqueamento, que veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, reproduzem crenças, classificações e valores brancos como únicos, verdadeiros e universais.

Uma vez estabelecido o mito da superioridade branca, é demonstrada sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento de fragmentação da identidade racial que ele produz, o desejo de embranquecer é internalizado com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura, da própria capacidade (GONZALEZ, 1988). Esse

processo leva muitos negros a se sentirem inadequados e desenvolverem uma "máscara branca", ou seja, adotarem comportamentos, linguagem e aparência que os aproximam do ideal branco, "*só precisamos não ser preto*" (FANON; SILVEIRA, 2008, p. 108).

A vista disso, faz-se relevante dizer que uma escuta racializada implica em considerar que, quando uma pessoa preta diz que se sente o tempo todo vigiada ao caminhar pela rua, perseguida em um supermercado, ou tem sua bolsa revistada em uma loja, não se trata de diagnosticá-la como delirante. Neste caso, ela não está descolada da realidade, ela está preta. Tal condição a coloca diante de um lugar marginal, ela pisa sobre um mundo desigual e violentamente branco. Ela está constantemente em posição de vítima, portanto, não é vitimismo é, de fato, o que compõem a sua experiência subjetiva e objetiva. Assim, toda clinica é antes social, e a experiência da pessoa branca que a escuta é incapaz de entender que não se pode enquadrar todos os delírios persecutórios apenas aos critérios de classificação da doença. Logo, verifica-se a importância do letramento racial (NOGUEIRA *apud* HUNTY, 2024).

A negação da identidade e da cultura negra impacta a formação da subjetividade da pessoa negra, causando conflitos internos e promovendo uma busca por aceitação nas normas e valores brancos. A representação de um racismo instituído que se perpetua com base no pensamento supremacista branco, continua a ser a cola invisível que mantém as pessoas brancas conectadas, independentemente de várias outras diferenças. Neste atravessamento, marcado pela cor da pele, as categorias raça, classe, gênero e capacidade não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes (ALMEIDA, 2021; FANON 2008; GONZALEZ; HASENBALG 2022; KILOMBA, 2019).

As palavras mulher, preta e violência se mostraram sinônimas, situaram-se numa intersecção demarcada por uma herança colonial, pois, de um lado há uma estrutura de dominação frente às relações de poder e dominação da figura do homem, a saber o patriarcado instituído; tal como a continuidade no que diz respeito à mulher como um corpo que se sobrepõem em formas de violência que a atravessam de maneira unificada no cotidiano (COLLINS; BORGES, 2021). Nesse contexto, o Brasil se revela o país do absurdo e não surdo. Só não escuta quem não quer escutar, está posto.

No contexto brasileiro, os temas de gênero, de geração e de raça estão entrelaçados. No entanto, quando se propõe a interseccionalidade desses temas, há ainda um campo a se percorrer e aprofundar, visto que só muito recentemente a produção de pesquisas com base nessa perspectiva ganham destaque. Assim, por se tratar de uma área de estudo que ainda está incorporando tal intersecção nas suas práticas de pesquisa, fica evidente a atual necessidade e a importância de se pensar a interlocução de diferentes marcadores identitários por meio de um olhar atento às diversidades e aos modos como eles dialogam e se apresentam, circunscrevendo coletiva e subjetivamente as vidas de diferentes sujeitos objeto, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão (NASCIMENTO, 2021).

Davis (2016) relata que as violências contra as mulheres chegam a ser mais desumanas que aquelas atribuídas aos homens, uma vez que estas sofriam de frequentes abusos e, outros maus tratos específicos para o corpo feminino. A autora afirma que a cultura do estupro, herança do período colonial, foi inserida no sistema capitalista como ferramenta de trabalho, “expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p. 20). A autora, desta forma, demonstra que a violência contra a mulher, os estupros e o escravismo em geral são parte de uma herança do sistema colonial, em que o escravizado é tratado como mercadoria e a mulher como uma mercadoria ainda mais valiosa. Ela produz tanto quanto o homem, como ainda presta serviços sexuais e gera filhos, que serão novos escravizados.

Para Nascimento (2021), no discurso do povo escravizado, ainda hoje, impera um ideal estético do branco proposto pelo colonizador. O discurso do colonizador passa a compor a própria forma de vida, naturalizando as violências cotidianas pelas desigualdades que o racismo impõe. Todavia, os profissionais também estão mergulhados neste discurso colonial, em razão disso, podem promover, em sua prática, atitudes raciais daltônicas com efeitos prejudiciais à pessoa sob sua responsabilidade. O racismo desempenha um papel fundamental na internalização de relações hierárquicas (GONZALEZ, 1988).

As estruturas sociais têm imposto às pessoas pretas uma forma de vida definida para nomeação do mal-estar como um estatuto social para o sofrimento que moldam formas de ser e produz sofrimento (SAFATLE; JÚNIOR; DUNKER, 2021). Assim, tanto a raça, quanto a loucura e a pobreza são dispositivos de exclusão criados para a segregação e para reafirmar privilégios. É impossível não adoecer, é impossível

não fraquejar a identidade do sujeito. Igualmente ao racismo, a loucura e a pobreza colaboram com o silenciamento de vozes, bem como sobre a capacidade de dizer sobre si mesmo. O autoconceito que cada pessoa tem sobre si, as crenças sobre inferioridade e a internalização de estereótipos negativos criam sentimentos de desvalorização e afetam a saúde social e psicológica (RIBEIRO, 2019).

Um dos momentos cruciais do processo da Reforma psiquiátrica foi a promulgação da Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção das pessoas acometidas de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001). Esta lei estabelece, legalmente, a construção de uma rede substitutiva de cuidados em saúde mental no âmbito do território nacional. A proposta, inspirada nas ideias de Baságlio, situava em dizer não ao manicômio, por considerá-los verdadeiros campos de concentração, e o fazendo, estaria dizendo não à miséria do mundo unindo-se a todas as pessoas que lutam por situação de emancipação. Embora o discurso da reforma e da luta antimanicomial se situa na busca de um ideal de humanização e de emancipação, não podemos negar que estes corpos continuam sendo violentados pelas violências sutis, como a negação da racialidade, da identidade de gênero, bem como por não considerarem as suas manifestações religiosas, ideológicas, éticas e morais das comunidades e povos que estamos lidando (AMARANTE, 2007).

A sociedade escravista, ao transformar o negro em escravo, definiu-o como raça, demarcou o seu lugar, as formas tratamento, os padrões de interação com o branco e instituiu um paralelismo entre cor negra e posição social inferior. Uma lógica que não se esgota no âmbito dos espaços manicomial, mas está presente na sociedade, nas formas como as relações são estabelecidas. A Reforma Psiquiátrica Brasileira, na *Carta de Bauru*, sustenta que o racismo é uma configuração manicomial. Em 1987, atores da luta antimanicomial já apontavam o combate à discriminação contra população negra como uma pauta antimanicomial. Diante dos resultados apresentados, foi possível perceber que apesar dos avanços, há a persistência de violências ainda presentes na atualidade, evidenciando assim a necessidade contínua de políticas públicas e debates aprofundados para uma abordagem mais inclusiva e eficaz (AMARANTE, 2007).

O percurso pelo qual se deu o processo da Reforma psiquiátrica culminou na abertura dos portões e do cuidado em liberdade, que nada menos é que a construção de um novo lugar social para as pessoas em sofrimento mental. Todavia, o racismo

destitui a pessoa do lugar, como é o caso de Thabisa e tantos outros, que desde criança lutam por um lugar que abrigue possibilidades outras de existir que não as que têm lhes sido oferecidas. O espaço que continua sendo oferecido é o de estrangeiras/os/es, aprisionadas/os/es em um não lugar, o entre o “pai e a mãe”; entre a “branca e a preta”; entre “a rua e o abrigo”, entre a “normalidade e a loucura”.

No que se refere à desinstitucionalização, é preciso lembrar que este estudo apontou que as violências estão presentes no âmbito familiar e que, também, esta é uma instituição, assim como a escola e outros espaços sociais, o espaço familiar também opera por meio da lógica colonial, para tanto, reproduz uma lógica de dominação racista e sexista que serviu e ainda serve ao encarceramento e ao cerceamento de corpos e subjetividades. Assim, a Reforma Psiquiátrica no Brasil é um processo social complexo que coloca em jogo dimensões jurídico-políticas, epistemológicas, socioculturais, além das técnico-assistenciais (DAVID; VICENTIN, 2020).

Em síntese, quando se trata de pessoas com trajetórias de vidas marcadas por contextos de racismo, já vimos que são perversos os efeitos no processo de construção da subjetividade, portanto, a caracterização dessa experiência é prioritariamente necessária para a compreensão do sofrimento psíquico. Assim, diante da realidade apresentada por este estudo, as transformações necessárias não se limitam às mudanças meramente assistenciais, mas, sobretudo, requerem a ampliação deste lugar social, o que significa colocar a clínica entre parêntese e olhar a pessoa (e sua trajetória existencial). Diante disso, podemos pensar que a violação de direitos humanos deve ser o ponto de partida para oferecer um tratamento digno. Não se trata de diminuir a importância do diagnóstico, trata-se de pensar uma prática que parta da relação de Direitos Humanos e Saúde Mental, e não ao contrário (AMARANTE, 2007).

Parafraseando Guimarães (1994), Viver ainda não se sabe, porque aprender a viver é viver de verdade. Tal qual o existir, tarefa que se dá existindo. Portanto, colocar a clínica entre parêntese, não significa focar apenas nos sintomas e a medicalização, ou em outra polaridade, mas sim abrir espaço e tempo para diálogos possíveis entre pessoas, dentre elas a quem mais interessa a saber, aqueles para os quais se direcionam a atenção. Não é encontrar soluções para loucura, mas oferecer espaços para escutarmos alguma coisa que nos revele uma fenda por onde se possa respirar.

O diálogo é imprescindível na construção de um novo jeito de caminhar, uma vez que se compreende a ausência dele como elemento que reforça as bases da colonização e de expropriação de vida daqueles que são demarcados como os/as outros/as (ARRÉLIAS apud BABA SIDNEI NOGUEIRA, 2020). O racismo tem sido a gramática moderna da política, da economia, do *ethos* social e da produção de conhecimento. Um conhecimento que opera a favor da manutenção de privilégios, que se dá por uma re-produção arbitrária de valores, de saberes, de vidas, por uma edição tomada como universal, que produz um empobrecimento simbólico do outro e de si (FANON; FERREIRA; CAMPOS, 2022). É necessário tratar das produções de adoecimento psíquico relativas ao racismo, caso contrário, estamos colonizando essas experiências de padecimento e redobrando a violência racista com um suposto gesto de cuidado (NOGUEIRA, 2021).

8 PALAVRAS FINAIS

Quando iniciei a trajetória deste estudo não tinha ideia do caminho a ser percorrido, muito menos dos desafios que enfrentaria, uma vez que ele implicou também no reconhecimento de um lugar da própria pesquisadora, não configurado especificamente pela cor da pele parda, mas, também, pelo reconhecimento da não neutralidade desse lugar de construção do conhecimento, ou de observadora.

Essa ausência de neutralidade é atravessada pelo lugar objetivo, implicado pelo clareamento da pele, pela possibilidade de transitar em espaços privilegiados, pela prerrogativa de uma hierarquia de saber ou, ainda, pela não neutralidade da pesquisa. E também por um rosto testemunho, des-privatizado da visão individualista da saúde que na coletividade priorizou a valorização do vivido em detrimento às sistematizações acadêmicas eurocêntricas. Em outros momentos, atravessada por um lugar subjetivo, acessando um passado demarcado pelas experiências de discriminação e de trajetórias de desigualdades.

Assim, foi preciso reconhecer que a formação do pensamento é subsidiada pela linguagem, por isso, quando se trata de um país colonizado como o Brasil, também eu, pesquisadora, estou mergulhada em um referencial epistemológico, que bem sabemos tem cor, ela é branca (FANON; SILVEIRA, 2008; FANON; FERREIRA; CAMPOS 2022; ALMEIDA, 2021).

Tais questões colocaram-me diante do desafio de renunciar a uma metodologia enrijecida, para adotar uma postura de compor, com os participantes da pesquisa, uma tradução dos compartilhamentos das vivências perante um jeito de sentir e de dar significado para humanidades. Procurei um jeito de estar na presença de cada pessoa, auxiliando a cada uma na ocupação da própria narrevivência. As narrevivências possibilitou dar contorno e reconhecimento da singularidade de cada pessoa, e assim nos lembramos da nossa humanidade, condição que nos permite bem viver, mesmo diante de relações hierárquicas e violentas que silenciam a nossa humanidade.

Na tradição budista, o aprendiz compreende que simplesmente estar na presença de um grande mestre é transformador, neste caso, os participantes são os mestres. Ao mergulhar neste universo da construção de um conhecimento orgânico, no contato com a própria humanidade, também eu fui atravessada pelas questões que emergiram. Não foi um processo fácil, solicitou tempos de distanciamento e retorno, a

digestão exigiu um tempo maior diante das “nossas” trajetórias existenciais. O encontro da verdadeira história desenvolve a consciência particular e social que permite formar uma consciência não somente de si, mas de coletividade. É pontuando os fatos que se abrem caminhos para vir à tona, inclusive, os acontecimentos que são desconhecidos ou silenciados, uma vez que estes influenciam a nossa percepção de mundo. Desta forma, este estudo se configurou como um processo de transformação pessoal e de abertura política para mim enquanto profissional, ou seja, ao me colocar neste universo de compartilhamento de saberes, ele se configurou não apenas como uma ferramenta individual de cura, mas, como uma poderosa capacidade coletiva que culminou no próprio letramento racial.

Confirmou-se que a marca de uma herança colonial violenta foi e continua sendo imperativa na condição de adoecimento destas pessoas. São existências marcadas pela aridez, pela impossibilidade de serem reconhecidas como cidadãos, desprovidas de garantias de direitos básicos como moradia, trabalho, lazer, convívio social e pessoal, de ocupações consideradas significativas e primordiais para o bem-viver.

Confirmou-se, ainda, que embora tenhamos avanços significativos nos processos de atenção à saúde mental, as violências permanecem em outros espaços. Portanto, entendo que a luta antirracial deve ser, sobretudo, decolonial. Não se trata de uma luta apenas da população preta, ou da loucura, trata-se do reconhecimento social de que a luta é por uma sociedade mais justa, portanto, a luta é de todos nós. Para Ribeiro (2019), a catástrofe maior que uma sociedade pode produzir é a desigualdade. Uma sociedade só pode ser considerada como desenvolvida quando todos os seus cidadãos exercem os seus direitos garantidos em igualdade. Não há como considerar um país desenvolvido, aquele em que mais da metade de sua população não exerce seus direitos e vivem à margem, lutam diariamente por sobrevivência, uma guerra injusta e desigual. Se quisermos, de fato, pensar em progresso, ele deve ser estabelecido pela partilha e não pela manutenção de privilégios. Colônia!

Um dos efeitos da colonialidade é o silenciamento dos nomes das violências que engendram os corpos precarizados e ditam a forma com que as narrativas são feitas. Nossa sociedade segue silenciando estas questões e se recusa a reparar os danos do racismo, porque isso seria uma afronta à nossa condição humana. Atualmente, dado os valores da ascendência, da influência, dos poderes, das razões,

todos nós estamos nos desumanizando, nos desenraizando dos valores que nos permitem sermos humanos, ou seja, seguimos tentando não reconhecermos nossa precariedade, vulnerabilidade, fragilidade e diante delas a necessidade imprescindível do outro para minimamente sobrevivermos.

Espera-se que as evidências obtidas por meio deste estudo apresentem respaldo científico para as áreas envolvidas, fortalecendo a luta social, tal como contribuindo para a construção de uma abordagem clínica politicamente engajada, capaz de romper com a ideia da clínica neutra, com isso, se direcionar para uma clínica que esteja atenta à realidade de cada pessoa e opere para que esta tenha acessível o direito de bem-viver. Do contrário, continuaremos no lugar de contribuir para o reconhecimento e a reparação destas violências, estaremos optando por individualizar e culpabilizar a pessoa por sua precariedade, como se um passado-presente coletivo não tivesse nada a ver com aquilo que se concebe como mérito, sucesso, fracasso, perigo, segurança, ameaça, saúde, doença.

Após as constatações sobre as trajetórias de vida das pessoas que participaram deste estudo, interpreto que o enfrentamento, além das questões em desenvolvimento socioeconômico e político, merece atenção diante do complexo quadro da saúde, principalmente da saúde mental. À vista disso, sugere-se a continuidade de novos estudos que proporcionem a solidificação dos resultados aqui apresentados. Neste sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de novas investigações, programas e políticas públicas que colaborem para a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. (2021). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaia, 2021.
- AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- ARBEX, D. *Holocausto brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Editora Geração, 2013.
- ARRÉLIAS, L. *Racismo: Gestalt aberta que mantém ausências*. In: Sentidos em Gestalt-terapia [recurso eletrônico]: novas vozes, outros olhares/Organizadores Lázaro castro Silva Nascimento, Kamilly Souza do Vale. Ponta Grossa, PR: Antena, 2020.
- AVRITZER, L. Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 68, p. 147–167, 2006.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2022.
- BERNADINO-Costa, J. & GROSGOUEL. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v.31, n.1, 2016.
- BRASIL. *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Casa Civil. Brasília, 6 de abril de 2001.
- BRITO, C. & MAGALHÃES, J. & MAGALHÃES, R. Decolonizar o conceito de justiça ocupacional: uma construção epistemológica. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, v.51, p.840-865, 2023. 10.14393/RFADIR-51.1.2023.68091.840-865.
- BRUNSTEIN, J. *et al. Análise de dados qualitativos em pesquisa: múltiplos usos em Administração*. Rio de Janeiro: Editora Mackenzie e FGV, 2020.
- CAMINHA, P. V. de. *A carta de Pero Vaz de Caminha [1500]*. Editora Vozes, 2019.
- CLANDININ, D. J. & CONELLY, F. M. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- COLLINS, P. H. BORGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CORONIL, F. Beyond occidentalism Towards non-imperial geohistorical categories. *Cultural Anthropology*, v.11, n.1, p.51-87, 1996.
- DAVID, E. C. & VICENTIN MCG. Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Saúde debate* [Internet]. v.44, n.3, p.264–77, 2020. Available from: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E322>
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, [1944]. 2016.

- DAVIS, V.. *Em busca de mim*. Tradução: Karine Ribeiro. Rio de Janeiro: Best-Seller, 2022.
- DOBLE, S. E. & SANTHA, J.C.. *Occupational well-being: rethinking occupational therapy outcomes*. *Can J Occup Ther*. Jun;75(3):184-90, 2008.
- EVARISTO, C.. *Histórias de Leves enganos e parecenças*. Rio de Janeiro: Malê, 2017a.
- EVARISTO, C.. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017b.
- EVARISTO, C.. *Conceição Evaristo explica o conceito de “escrevivência” e relação com mitos afro-brasileiros*. Canal oficial da TV Cultura no YouTube. 10/09/2021.
- FANON. F. & SILVEIRA, R.. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- FANON. F., FERREIRA, L. F; CAMPOS, R. S.. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FIRMINO, H.. *Nos porões da loucura: reportagem*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.
- FOUCAULT, M.. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M.. *História da loucura na idade clássica*. Tradução José Teixeira Coelho Netto, Newton Cunha; apresentação Vladimir Safatle. - 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 1926-1984. (2020).
- FURLAN, V. L.; QUINTINO, R. B. P.. As Escrevivências, o Pretuguês e a Interseccionalidade: uma breve leitura de leite do peito, de Geni Guimarães. *Revista Metalinguagens*, v. 9, n. 2, p. 96-108, 2022.
- GONÇALVES, A. M.. *Um defeito de cor*. Edição especial. Record. Edição do Kindle, 2022.
- GONZALEZ, L.. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: No. 92/93. jan/jun. 1998b. p.69-82,.
- GONZALEZ, L., RIOS, F., LIMA, M. (org.).. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro; 1ª. Edição: Zahar, 2021.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C.. *Lugar de negro*. São Paulo: Zahar. Edição do Kindle, 2022.
- GUIMARÃES, R.. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- HAMMEL, K. W.. Fazendo escolhas a partir da escolhas que temos. A inserção contextual da escolha ocupacional. *Canadian Journal of Occupational Therapy* 2020a, Vol. 87 (5) 400-411 DOI: 10.1177 / 0008417420965741

HAMMELL, K. W.. Ações nos determinantes sociais de saúde: avançando na equidade ocupacional e nos direitos ocupacionais. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 2020b. 28(1), 378-400. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2052>.

HOOKS, B.. *Tudo sobre o amor: Novas Perspectivas*. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

HOOKS, B.. *Escrever além da raça: teoria e prática*. Tradução; Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022.

HUNTY, R. V.. *Psicanálise e Marxismo Queer com Rita Von Hunty*. Canal do YouTube Christian Dunker. Falando nisso. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=YbVhtjLVX4M>. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2022). População: Censo Demográfico. s/d.

KILOMBA, G.. *Memórias da plantação*. Editora Cobogó. Edição do Kindle, 2019.

LORDE, A.. *A irmã, a estrangeira*. Madri: horas e Horas, 2003.

MAGALHÃES, J.L.Q.; BRITO, C. M. D.. Diversidade ocupacional como processo de decolonização cotidiana. In: Petten, A. M. V. N. V.; CARDOSO, A. M.; BRITO, C. M. D. (org.). *Estudos da Ocupação Humana: Desafios e possibilidades*. Jundiaí, S: Paco Editorial, 2021.

MBEMBE, A.; LISBOA, M. L. (Trad.). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

MINAYO, M. C. S.. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. 437 São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M. C. S. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar, 2012.

MINAYO, M. C. S.; Gomes, S. F. D.. *Pesquisa Social- teoria, método e criatividade*. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MORRISON, R. et al.. Por que uma Ciência Ocupacional na América Latina? Possíveis relações com a Terapia Ocupacional com base em uma perspectiva pragmatista. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2081. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN208>., 2021.

MUNANGA, K.. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

NASCIMENTO, A.. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. - 3. Ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, B.. *Uma história feita por mãos negras*. Zahar. Edição do Kindle, 2021.

NOGUEIRA, I. B.. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2021.

NUNES, L. F. & F., C. E. E.. O sofrimento ético-político em questão: análise da identidade da população em situação de rua do centro de fortaleza – CE.. In: Anais da VII Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia DeVry Brasil. *Anais...* Belém, Caruaru, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Recife, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina: DEVRY brasil, 2016.

OLIVEIRA, R. J.. Segregação racial, territórios negros e saúde mental. Odeere: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade* – UESB, v. 2, n. 4, jul./dez, 2017.

OYĚWÙMÍ, O.. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Trad. Wanderson flor do nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

PINHEIRO, B. C. S.. *Como ser um educador antirracista*. Planeta. Edição do Kindle, 2023.

RIBEIRO, D.. *Pequeno manual antirracista*. 1ª. Edição: São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

SAFATLE, V., JÚNIOR, N. DA S, & DUNKER, C.. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica Editora, 2021.

SANTOS, A. B.. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora. Edição do Kindle, 2023.

SANTOS, A. B.. *Colonização, quilombo: modos e significados*. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI. 2015.

SCHUCMAN, L. V.. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018.

SILVA, A. M. M.. Apresentação. In: Silva, A. M. M.; Tiriba, L. (orgs.). *Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2015.

SOUZA, N. S.. *Tornar-se negro*. Zahar. Edição do Kindle, 2021.

WILCOCK, A. A. *Occupational science: bridging occupation and health*. Can J Occup Ther. Feb;72(1):5-12, 2005.. doi: 10.1177/000841740507200105. PMID: 15727043.

TURATO, E. R.. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde pública*, 39, 507-514, 2005.